

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

THAINÁ SOUZA DE ALMEIDA

**DIAGNÓSTICO SÓCIO-OCUPACIONAL DAS EGRESSAS DO CURSO DE
ECONOMIA DA UESB**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2023

THAINÁ SOUZA DE ALMEIDA

**DIAGNÓSTICO SÓCIO-OCUPACIONAL DAS EGRESSAS DO CURSO DE
ECONOMIA DA UESB**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II.

ORIENTADOR(A): ANDRÉA BRAZ DA COSTA

VITÓRIA DA CONQUISTA — BA

2023

A451d

Almeida, Thainá Souza de.

Diagnóstico sócio-ocupacional das egressas do curso de economia da UESB. / Thainá Souza de Almeida, 2023.

60f.

Orientador (a): Andréa Braz da Costa.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2023.

Inclui referências. F. 48 – 50.

1. Egressas – Ciências econômicas - UESB. 2. Mulher. 3. Diagnóstico social. I. Costa, Andréa Braz da. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. T.

CDD. 378

THAINÁ SOUZA DE ALMEIDA

**DIAGNÓSTICO SÓCIO-OCUPACIONAL DAS EGRESSAS DO CURSO DE
ECONOMIA DA UESB**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadualdo Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II.

Aprovada em 18/12/2023

BANCA EXAMINADORA

Andréa Braz da Costa

Orientadora

Fernanda Calasans Costa

Lacerda Pessoti

Examinadora

Maíra Ferraz de Oliveira

Silva

Examinadora

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram de maneira significativa para a conclusão desta monografia. Primeiramente agradeço ao Senhor pela força e sabedoria a mim concedidas. Foi um período de grandes desafios em razão de tudo o que aconteceu ao longo desta investigação. À minha orientadora Andréa Braz da Costa pela orientação e pelo incentivo constante ao longo deste processo. Ao professor Roberto Paulo Machado Lopes, obrigada pelos conselhos pacientes e pela disposição em exercer a sua profissão com amor, a sua dedicação é inspiradora e as suas contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao meu amado esposo Mateus, agradeço pelo apoio incondicional e pela compreensão nos momentos em que minha atenção estava totalmente voltada para este projeto. O seu amor foi a luz que iluminou os dias mais desafiadores desse período. Agradeço pelo encorajamento e paciência demonstrados em cada etapa desta jornada acadêmica. Dedico e agradeço à minha mãe, Jane e à minha irmã Mara pelo apoio prestado, a presença constante de vocês foram o alicerce que sustentou cada página escrita.

Aos professores e colegas, em especial a Hudson e Yan que compartilharam conhecimentos, debates enriquecedores e experiências ao longo do curso, meu sincero agradecimento. Cada interação contribuiu para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

Por fim, dedico um agradecimento especial ao meu amigo Leone cuja amizade foi um farol constante em meio aos desafios acadêmicos. Sua presença, apoio e as inúmeras conversas inspiradoras foram uma fonte de motivação ao longo dessa jornada. Agradeço por compartilhar não apenas os momentos alegres, mas também por estar ao meu lado nos períodos mais desafiadores. Este trabalho é dedicado a você, em reconhecimento à amizade que se tornou um pilar fundamental durante esta trajetória acadêmica. Este trabalho representa não apenas meu esforço individual, mas também a colaboração e apoio de muitas pessoas notáveis.

A todos vocês, meu profundo agradecimento.

RESUMO

Esta monografia faz um diagnóstico sócio-ocupacional das egressas, do gênero feminino, que concluíram o curso de Ciências Econômicas da UESB. O curso de Ciências Econômicas é, ainda, uma área com ampla participação masculina e com e com baixa adesão do público feminino, no entanto ainda é um fenômeno pouco investigado, o que justifica a relevância deste trabalho. Para verificar a materialização de tal condição, o presente trabalho tem como objetivo realizar um diagnóstico sócio-ocupacional das egressas do curso de Ciências Econômicas da UESB no período 2004-2021, pautando-se na seguinte pergunta-problema: qual a condição ocupacional na qual se encontram as egressas do curso de Ciências Econômicas da UESB e como se estrutura a condição social delas? A hipótese é de que existem barreiras que se entropõem as condições das mulheres durante e após a conclusão de curso, principalmente no que se refere à evolução de suas carreiras. Este trabalho utilizou da pesquisa bibliográfica e documental, bem como utilizou a técnica do levantamento, com a aplicação de questionário com perguntas fechadas e abertas. Os principais resultados apontam que grande parte das egressas, embora estejam inseridas no mercado de trabalho, não atuam como economistas, contudo, observou-se uma predominância de ex-estudantes com rendimento superior a renda média do município de Vitória da Conquista, cidade em que fica o campus universitário que oferece o curso.

Palavras-chave: UESB; Graduação em Ciências Econômicas; Trabalho feminino; Mulher.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Atividades inerentes à profissão.....	19
---	-----------

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de concluintes do curso de Ciências Econômicas no Brasil - 2004 – 2021..... 26

Tabela 2 – Indicação das áreas de atuação das egressas do curso com base nas atividades inerentes ao economista..... 34

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do número de concluintes do curso de economia no Brasil, por sexo – 2004 – 2021..... 25

Gráfico 2 – Cidade de origem das egressas do curso de Ciências Econômicas – 2004 – 2021..... 31

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO	14
1.1 O trabalho das mulheres no capitalismo	16
1.2 A precarização do trabalho feminino	17
1.3 O trabalho feminino no Brasil	18
2 A FORMAÇÃO EM ECONOMIA: HISTÓRIA E EVOLUÇÃO	21
2.1 A sub-representação feminina nos departamentos de Economia.....	24
2.2 Um retrato do curso de Ciências Econômicas no Brasil a partir do Censo da Educação Superior.....	27
3 UM DIAGNÓSTICO SÓCIO-OCUPACIONAL DAS EGRESSAS.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS.....	44
APÊNDICE A	47

INTRODUÇÃO

A crescente participação feminina no ensino superior é descrita como uma das características mais significativas da dinâmica do século XXI e não esconde desafios, uma vez que, embora dados nacionais apontem uma aparente equidade de gênero no âmbito acadêmico, apresentados na análise do tema a posteriori, por outro lado, se analisados em detalhes, eles expõem a permanência de desigualdades de gênero em alguns cursos. O curso de Ciências Econômicas, em específico, ainda é uma área de formação masculinizada e as razões para a baixa participação das mulheres nesse âmbito ainda fazem parte de estudos incipientes e pouco investigados, principalmente no Brasil. Esse trabalho tem por objetivo, fazer um diagnóstico sócio ocupacional das egressas do curso de Ciências Econômicas da UESB.

É importante mencionar que barreiras não foram completamente rompidas e para quebrar o estereótipo feminino da fragilidade, é preciso demonstrar o fenômeno que está por trás da participação feminina tanto no mercado de trabalho quanto na qualificação acadêmica. O intuito é demonstrar principalmente às novas ingressantes ao curso que a mulher tem a mesma capacidade que o homem de se desenvolver profissionalmente em ambas as carreiras.

Paralelo às transformações ocorridas no contexto feminino nos últimos anos, no ambiente acadêmico não foi diferente. A preocupação com a ocupação de mulheres na academia evoluiu para uma problemática cada vez mais ampla. Observa-se que houve uma ruptura do estigma biológico que era atribuído às diferenças de gênero. Essa quebra de paradigma tem contribuído para que haja uma participação mais efetiva da mulher tanto ao ingresso ao curso como na trajetória acadêmica e científica.

Não é fácil caracterizar a trajetória feminina na área das Ciências Econômicas no Brasil. Para Fabiana Rocha *et al* (2021, p.819, tradução nossa), "além da menor proporção de mulheres matriculadas em cursos de graduação em economia, parece haver outra dificuldade quando as mulheres optam por fazer cursos de pós-graduação em economia."

O mesmo estudo sugere que há poucas alunas de pós-graduação e elas geralmente não seguem carreira nas universidades e quando o fazem raramente se tornam professoras titulares.

A problemática do pouco acesso à universidade na condição de professora titular por aquelas que passaram pela pós-graduação, remete a uma lacuna de gênero no mercado de trabalho que se instala, não apenas nos setores mais comuns, como também em áreas com o perfil mais acadêmico. A literatura econômica frequentemente aponta que grande parte das

mulheres formadas, embora consigam alguma inserção no mercado de trabalho, muitas vezes não conseguem ser alocadas em áreas compatíveis às competências e habilidades de um economista, o que condiciona por sua vez, a condição social a qual ela se encontra.

Diante disso, esse trabalho se propõe a analisar o seguinte problema: qual a condição ocupacional na qual se encontram as egressas do curso de Ciências Econômicas da UESB e como se estrutura a condição social delas?

A metodologia utilizada na pesquisa foi a descritiva, com o objetivo de descrever as características sócio-ocupacionais do público conforme supracitado. Para tanto, foi utilizado como procedimento técnico o levantamento para a coleta de dados primários a partir da interrogação direta (o questionário) a egressas do curso de Ciências Econômicas da UESB. Utilizou-se um questionário online, através da plataforma Survio (Survio, 2023), disponibilizado para as egressas nos meses de setembro e outubro de 2023. A pesquisa bibliográfica e documental também foram instrumentos utilizados. A primeira para a seleção de estudos e pesquisas de referência para a discussão do trabalho feminino, de modo geral, e estudos e pesquisas que tratem da inserção no mercado de trabalho de mulheres economistas. E o segundo instrumento para a coleta de dados secundários advindos do Censo da Educação Superior (INEP, 2023), do Colegiado do Curso de Ciências Econômicas (UESB, 2023) e Sagres (SGC/UESB, 2022). A hipótese é de que existem barreiras pelas quais sofrem as mulheres durante e após a conclusão de curso, principalmente no que se refere à evolução de suas carreiras.

A abordagem da temática vem ganhando notoriedade ao longo dos anos diante da crescente participação da mulher no cenário que outrora foi hegemonicamente do homem. Porém, essa participação continua sendo deficitária. A última pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas – FGV (2023) acerca do assunto, aponta que desde 2012, a taxa de desemprego das mulheres é superior em relação aos homens. O estudo realizado considera os dados da Pesquisa Nacional por Amostras e Domicílios Contínua (PNADC) do ano de 2021 que indica que, de 2014 a 2019 a participação feminina no mercado de trabalho cresceu e atingiu o patamar de 54,34%, porém essa realidade muda, a depender do cenário, já que à medida em que ocorrem movimentações na economia com reverberações sobre a taxa de desemprego geral, a participação feminina, mais sensível ao efeito do desemprego, tende a ser mais facilmente afetada.

Neste sentido, no intuito de aprofundar tais discussões, para além desta introdução, o estudo é distribuído em quatro seções. Na primeira seção buscou-se descrever como se deu a inserção da mulher no mercado de trabalho no sistema capitalista, o seu papel social, as

definições de divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo. Na segunda seção é apresentada as diferenças de gênero nos cursos de economia e a sub-representação feminina nos cursos de economia existentes no Brasil, de modo geral. Na terceira seção faz-se um diagnóstico sobre a inserção das egressas do curso de graduação em Ciências Econômicas da UESB na vida profissional, além disso são detalhadas a metodologia utilizada, a base de dados e os resultados da pesquisa além das considerações finais.

1. A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

O termo divisão sexual do trabalho é utilizado para designar uma repartição das tarefas entre homens e mulheres. Ele serve como mecanismo para explicar como se estruturam as sociedades. Como escreve Kergoat (2003, p. 1) “a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo.

A discussão acerca da divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo vem ganhando notoriedade desde a Revolução Industrial, quando nascem movimentos feministas, em favor de melhores condições de trabalho. A Revolução teve início no século XVIII e foi caracterizada por transformações econômicas e sociais a qual o trabalho manufaturado foi substituído pelo industrial. O advento da indústria trouxe consigo a necessidade de mão de obra, isso possibilitou a contratação de mulheres e crianças para ocuparem o “lugar dos homens” que foram destinados à lutar na guerra. Essas figuras se sujeitaram ao processo de industrialização como forma de complementar a renda familiar.

Ao final dos anos 1970, em um contexto de condições insalubres, jornadas excessivas de trabalho e humilhações a qual a mulher era submetida, houve a necessidade da criação de movimentos e sindicatos capazes de romper construções sociais baseadas no paradigma biológico relativo à diferenças entre homens e mulheres e de lutar por condições trabalhistas mais igualitárias.

A divisão sexual do trabalho tem por característica atribuir à figura masculina funções de grande valor agregado enquanto que à figura feminina é atribuída a esfera reprodutiva e o trabalho doméstico. Como afirma Melo (2007, p. 436) “o papel feminino assentado na reprodução biológica, com ênfase na maternidade e na realização de afazeres domésticos, definiu o lugar da mulher na esfera privada e, seu contraponto, o papel masculino no exercício do poder econômico na esfera pública”.

Apesar dessa separação, não se pode afirmar que essa é uma condição imutável. Como citam Hirata e Kergoat (2007, p. 600) “tudo muda, mas nada muda.” Essa afirmação é baseada na possibilidade que as diferentes sociedades têm de se dividirem. O trabalho de homem numa sociedade pode ser o trabalho de mulher em outra. Isso varia em função da organização social do trabalho estabelecido em cada lugar.

Esse tipo de análise foi e continua sendo indispensável para que haja a possibilidade de medir a igualdade profissional entre homens e mulheres. Segundo escreve Hirata e Kergoat (2007, p.546) existem duas maneiras de estudar a divisão sexual do trabalho:

A primeira é que, desde o nascimento do conceito há cerca de trinta anos, se observa uma tensão entre, de um lado, análises que pensam mais em termos de constatação de desigualdades entre homens e mulheres, e de acúmulo, de soma dessas desigualdades (cf. a noção atual de conciliação de tarefas), e, de outro lado, análises que procuram remontar à nascente dessas desigualdades e, portanto, compreender a natureza do sistema que dá origem a elas. Subentende-se que é nesse quadro de reflexão que nos inscrevemos. A segunda razão é que, sempre que se tenta fazer um balanço da divisão sexual do trabalho em nossas sociedades, se chega à mesma constatação em forma de paradoxo: nessa matéria, tudo muda, mas nada muda.

Foi através da percepção de uma “opressão” a qual as mulheres eram submetidas que se iniciou um movimento coletivo de denúncia além da percepção sobre a não remuneração do trabalho executado e de lhes atribuírem o trabalho doméstico como algo natural, sem reconhecimento ou como um aditivo do trabalho assalariado.

Gradativamente, o trabalho doméstico passou a ser considerado atividade de trabalho tanto quanto o trabalho profissional. É a partir desse cenário que analisaremos uma reestruturação profunda do aparelho produtivo, com uma nova maneira de pensar o trabalho, a exemplo da “adoção” do assalariamento feminino iniciado na França em 1960, conforme citam Hirata e Kergoat (2021, p.23).

Diante dessa redefinição, surge uma discussão acerca da centralidade do trabalho. Centralidade pois, em torno do trabalho é que ocorrem as mediações das relações entre indivíduo e sociedade. Significa dizer que o trabalho é central do ponto de vista social e político. Com a evolução das sociedades, surge uma mão de obra diversificada: mulheres em novas profissões, qualificações que caíram em desuso e uma dualidade acentuada entre trabalho manual e intelectual.

Contudo, essa reestruturação no aparelho produtivo não foi o suficiente para alcançarmos êxito quanto a resolução da centralidade do trabalho. Essa centralidade diz respeito ao “papel” central da mulher quando a sociedade atribui a ela o trabalho doméstico e o de cuidado, cristalizando, dessa forma, a divisão sexual do trabalho, tanto profissional quanto doméstico, entre homens e mulheres. A sua estrutura continua a mesma. A atividade doméstica por exemplo, não é estudada com o afincamento que merece e passou a ser representada pelo termo jornada dupla de trabalho ou até mesmo conciliação de tarefas como se fosse um aditivo da natureza feminina. Os serviços que envolvem o cuidado são considerados inatos: não precisam de um aprendizado, é como se fossem intrínsecos à figura feminina por uma questão de natureza. Porém, segundo Hirata e Kergoat (2007, p.600) “isso não significa, no entanto, que a divisão sexual do trabalho seja um dado imutável”. Constata-se, portanto, que a divisão sexual do trabalho “determina” as formas do trabalho e emprego. As normas culturais e as expectativas

de gênero moldam a distribuição das atividades entre homens e mulheres. É a partir deste ponto que o trabalho se dedica a compreender a “posição” da mulher no capitalismo.

1.1 O trabalho das mulheres no capitalismo

É inegável que apesar das transformações ocorridas, o estereótipo atribuído à figura feminina sobre qual área ela deve atuar ainda persiste nos tempos atuais. É importante entender do que se trata para tentar compreender o comportamento do capitalismo. A divisão e hierarquização entre “trabalho de homem” e “trabalho de mulher” pode ser identificada como uma realidade muito presente na contemporaneidade e o forte valor agregado sobre o trabalho masculino também e, apesar de uma melhora na condição feminina, a distância entre os grupos, tanto na esfera doméstica quanto na esfera profissional continua discrepante. Podemos perceber essa diferença, conforme escreve Rimbart (2019) em seu artigo “O poder insuspeito das trabalhadoras”, acerca do futuro:

Nos Estados Unidos, a lista do serviço de estatísticas do Departamento do Trabalho com as profissões de maiores perspectivas de crescimento prevê, de um lado, a criação de empregos tipicamente masculinos, como instalador de painéis fotovoltaicos e turbinas eólicas, técnico de plataforma de petróleo, matemático, estatístico, programador; de outro, uma miríade de empregos tradicionalmente ocupados por mulheres, como cuidadora domiciliar, cuidadora, assistente médica, enfermeira, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, massoterapeuta. Para cada milhão de empregos de desenvolvedores computacionais previstos até 2026, há 4 milhões de cuidadoras domiciliares e cuidadoras – com um salário quatro vezes menor.

É impossível imaginar um mundo a qual a mulher não faça parte, seja como professora, enfermeira, médica, trabalhadora doméstica e etc. A suspensão destes serviços seria capaz de paralisar uma nação. O ponto crucial é que à elas e apenas para elas, esses empregos são atribuídos. As mulheres são menos estimuladas a assumirem carreiras competitivas e as ocupações menos valorizadas continuam se reproduzindo, como é o caso do trabalho doméstico.

A mulher tem a face voltada para um grande esforço de sobrevivência diante da necessidade de ruptura de um conceito milenar. Entretanto, os movimentos em escala mundial têm levado a todos essas questões acerca da divisão sexual do trabalho, como foi o caso do Movimento dos Coletes Amarelos, ocorrida no ano de 2018 em Paris, um movimento que buscava mudanças de ordem social, principalmente acerca das desigualdades. As mulheres atuantes nesse movimento protestavam contra a precariedade de seus empregos, aumento do salário mínimo, políticas de melhoria da democracia representativa e etc.

É a divisão sexual do trabalho que permite dar conta da mobilização dessas mulheres e de muitas outras no mundo inteiro, bem como das modalidades dessa mobilização, conforme escrevem Hirata e Kergoat (2020).

1.2 A precarização do trabalho feminino

Diante de um contexto de crise, o impacto sobre o emprego masculino é totalmente diferente do que ocorre com o feminino. As mulheres sofrem a perda do emprego em maior número que os homens e pari passu a isso, são as últimas a serem recontratadas diante de um cenário de recuperação. Existem várias explicações sobre o que pode desencadear essa situação, dentre elas a alta rotatividade do sexo feminino nas empresas — que pode ser explicada pela dupla jornada de trabalho — e conseqüentemente, a discriminação por parte de seus superiores.

Na pesquisa de Hirata e Humphrey (1984) acerca do trabalho feminino na indústria, é possível perceber que numa empresa, existem tarefas estritamente femininas e outras exercidas somente pelo sexo masculino. Na conclusão da pesquisa os autores destacam que, “embora os operários possam eventualmente reduzir as suas aspirações salariais para concorrer com as operárias pelos poucos cargos disponíveis, parece pouco provável que os empresários recrutem homens com “salários de mulheres” (Hirata; Humphrey, 1984, p. 106).

Isso nos leva à percepção de que a tarefa feminina é desqualificada e o salário atribuído à mulher tende a ser sempre inferior ao dos homens. A hipótese mais ouvida é a de que homens e mulheres são naturalmente diferentes. No entanto, a criação também é uma consideração importante. A interação natureza-criação pode ser considerada já que a criação permite a expressão da natureza ou por que a natureza e a criação coexistem.

Uma pesquisa feita por Gneezy, U., Leonard, K. L., e List, J. A. (2009, p.1638) em ambientes socialmente diferentes constatou que, “em sociedades patriarcais, as mulheres são menos competitivas que os homens. No entanto, esse resultado inverte-se na sociedade matrilinear, onde verificou-se que as mulheres são mais competitivas que os homens.” A hipótese é que as diferenças de competitividade não se devem a razões biológicas ou evolutivas, mas sim culturais. Os papéis sociais de gênero são ensinados por meio da família e da mídia.

O comportamento humano é como uma lousa em branco e a cultura é a única fonte de preferências. Ainda conforme escreve Gneezy, U., Leonard, K. L., e List, J. A. (2009, p. 44) “se as características do sexo feminino são determinadas geneticamente, é possível que as preferências por competição não sejam e, portanto, que as características da cultura ou do ambiente determinem o grau em que as fêmeas evitam ou buscam a competição.

É importante ressaltar que o termo competitividade tem a intenção de ser uma expressão abrangente que pode ser devido a preferências mais profundas, como a aversão ao risco. Esse termo será mais aprofundado ao longo deste capítulo. O resultado dessa pesquisa fornece portanto, percepções úteis sobre a ligação de suma importância entre a cultura e hábitos comportamentais que influenciam os resultados. O estudo citado anteriormente sugere que o próprio ambiente competitivo pode induzir diferenças na proficiência da tarefa a ser executada.

Como mencionado anteriormente, a divisão sexual do trabalho é assimétrica. As práticas, as representações, as condições de trabalho e de desemprego dos trabalhadores e das trabalhadoras são quase sempre desiguais conforme citam Hirata e Kergoat .

Um indício de desigualdade está na segregação horizontal e vertical: as mulheres não têm acesso às mesmas profissões que os homens, estão limitadas a um número restrito de atividades, tanto na França quanto no Brasil e têm poucas perspectivas de promoção (o fenômeno do glass ceiling, o teto de vidro) e a polarização do emprego feminino. A segregação dos empregos e das atividades em todo o mundo é o que Danièle Kergoat (2012) chama o princípio da separação (distinção entre trabalho masculino e feminino) (Hirata, 2018, p. 17).

Outra característica acerca da divisão sexual do trabalho é a precarização dos empregos criados. A ausência de qualificação pode gerar precarização e desemprego, o emprego informal é um exemplo de trabalho precário. Se submetendo a esse tipo de labor, a mulher sofre com a ausência de direitos sociais e é cerceada de direitos básicos como: aposentaria, licença maternidade, férias e etc. Sobre isso Hirata (2018, p.18) destaca: “O exemplo paradigmático do trabalho precário é o emprego doméstico, sobretudo o emprego de diarista, majoritariamente exercido sem vínculo empregatício, sem proteção social e sem direitos, 16% das mulheres brasileiras ocupadas são empregadas domésticas”. A partir dessa observação, o trabalho se propõe a analisar a ocupação feminina no Brasil.

1.3 O trabalho feminino no Brasil

As transformações sociais resultantes do processo de globalização abriram novos campos de pesquisa no Brasil, principalmente acerca da divisão sexual do trabalho. Souza Lobo (1991) escreve que:

os estudos sobre trabalho e trabalhadores realizados no Brasil até a década de 1970 expressavam uma visão homogênea da classe trabalhadora, ocultando a atividade feminina e as desigualdades de gênero no mercado de trabalho. Os estudos pioneiros destas temáticas no Brasil são de Heleieth Safiotti (1979), desaparecida recentemente, e de Eva Blay (1978). Ambas tratam da condição

feminina e do trabalho das mulheres, que são apresentadas como uma categoria específica e sem um enfoque comparativo entre homens e mulheres.

Conforme supracitado, até o início dos anos 1970, a produção acadêmica tinha a tendência de abordar o assunto sem fazer referência ao gênero e a ascendência do contingente de mulheres adentrando ao mercado de trabalho não era condição suficiente para dar notoriedade ao fato. Um movimento social fez-se necessário para que a variável fosse incorporada à pesquisas. Um exemplo de mobilização ocorreu em São Bernardo em 1978, em plena ditadura militar, quando houve a possibilidade de mudança na legislação do trabalho feminino noturno.

O Congresso das Trabalhadoras Metalúrgicas destacou a força de trabalho feminina e trouxe denúncias contundentes à época como assédio, exigências vexatórias, e diferença salarial a qual o trabalhador metalúrgico recebia o dobro da trabalhadora metalúrgica exercendo a mesma função. Os salários das mulheres, por serem baixos, eram considerados como complementação salarial da família. Diante das denúncias, a necessidade de criação de um sindicato tornou-se vigente pra que este fosse um ambiente de escuta, de reivindicações e de busca por melhorias nas condições dessas operárias.

A relação entre feminismo e os movimentos populares das mulheres nem sempre convergiam. Os objetivos eram contraditórios porém, tinham sempre algo em comum. Neste cenário, os estudos sobre a classe operária feminina começam a se intensificar, porém, surge uma produção sociológica a qual os temas de estudo não são incorporados aos estudos sobre a classe operária ou o movimento operário, que permanecem exclusivamente masculinos.

Cabe aqui uma observação de Souza Lobo (1991, p. 129) assim, a classe operária é vista como "personificação do trabalho" em contraposição à burguesia – "personificação do capital". E mesmo quando as pesquisas eram realizadas em ambientes caracteristicamente femininos, como era o caso da indústria têxtil, a pesquisa tomava um rumo homogêneo. Quando o assunto era condição de vida (jornada dupla de trabalho, preconceito quanto ao ganho salarial e etc) e comportamento operário, o resultado não era diferente.

Durante a década de 1970, ao estudar o setor automobilístico das grandes montadoras (FORD, Mercedes-Benz, Volkswagen, Chrysler e Saab Scania) e empresas de autopeças a qual empregava grande parte dos operários e operárias à época, Souza Lobo escreve, utilizando dados do DIEESE (1978), que o país chegou a registrar que a proporção de mulheres em relação aos homens era maior no setor de material elétrico e menor no setor automobilístico. Como essas montadoras concentravam-se na Grande São Paulo, o movimento das operárias teve São Bernardo como eixo e utilizou o fato dessas grandes empresas empregarem mais homens que

mulheres na produção para reforçar o movimento reivindicativo. Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (MTE,1979) o salário médio feminino na industrial era igual ou inferior a 40% do salário médio masculino. Fora que a tarefa feminina era sempre desqualificada ou caracterizada como ajudante, também aponta o estudo de Souza Lobo.

Em suma, nesta seção, que propôs descrever a inserção da mulher no mercado de trabalho no sistema capitalista, partiu-se da definição de conceitos basilares para a discussão de gênero, como o conceito de divisão sexual do trabalho, que nas palavras de Kergoat (2003, p. 1) “[...] é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo”. Foi possível pontuar que a posição da mulher no capitalismo, muito embora tenha demonstrado transformação, de melhora na inserção feminina, os estudos continuam apontando a desigualdade entre homens e mulheres. As mulheres são menos estimuladas a assumirem carreiras competitivas e as ocupações menos valorizadas continuam se reproduzindo, como é o caso do trabalho doméstico. Esse elemento leva a outra característica presente, a precarização no trabalho, a ausência de direitos sociais, o aumento da informalidade, etc. Características estas que desnudam os desafios do combate a desigualdade no mercado de trabalho quando se refere a mulheres e homens.

2 A FORMAÇÃO EM ECONOMIA: HISTÓRIA E EVOLUÇÃO

O curso superior de Economia no Brasil constituiu-se de forma “legal” a partir de 1931, com a formação do Estado Nacional. Através de uma pesquisa com acervo muito limitado acerca do assunto aqui no Brasil, foi possível identificar José da Silva Lisboa (o visconde de Cairu) como o decano dos economistas brasileiros. Foi a partir da sua chegada que o ensino da economia passou a ser mais valorizado.

A figura de Cairu tem como referência três matrizes que caracterizam a profissão do economista: o ensino da Economia Política, o debate sobre política econômica e o problema da gestão dos negócios. Em fevereiro de 1808 D. João criou, no Rio de Janeiro, a cadeira de Ciência Econômica, essa implementação daria início ao ensino de economia no Brasil.

O estudo e ensino da ciência foi inserido inicialmente nos cursos de direito e engenharia no século XIX. A posteriori o curso de direito recebeu a matéria em seu quinto ano dando origem a uma tradição mantida até os dias atuais. Durante esse período, o pensamento liberal era predominante e sofria bastante influência de autores ingleses e franceses.

Tratava-se de um curso pouco atraente já que a classe burguesa dirigia-se aos cursos superiores que conferiam o título de Bacharel (medicina, direito e engenharia) e sobre a classe média conforme escreve Saes e Cytrynowicz (2000, p. 41), talvez ainda exíguas e sem recursos para enfrentar os custos do ensino comercial (que embora público, era pago), provavelmente adquiriam na prática as habilidades necessárias aos ofícios comerciais.

Em 1931, a partir do Decreto-Lei 20.158, de 30 de junho, o curso foi regulamentado. Este tinha duração de três anos e o diploma de bacharel em Ciências Econômicas era concedido. Porém, apesar da formação, o título oficial descrito no diploma era o de Administração e Finanças. O currículo do curso compreendia desde Matemática Financeira ao Direito, sendo este último o de maior predominância na grade curricular. Essa primeira estrutura curricular teve vigência de aproximadamente quatorze anos.

Para cursar Administração e Finanças era necessário ter concluído o curso propedêutico que tinha duração de três anos, seguido de um curso técnico que abrangia diferentes habilidades e tinha cerca de um ano de duração para posteriori ingressar no curso de Perito – Contador ou Atuária. Em 1934 formou-se a primeira turma de economistas. Nessa época, o profissional poderia desempenhar qualquer atividade lícita com fins econômicos de qualquer função.

Em 1945, ocorreu uma alteração no Decreto de Lei 7.988 de 22 de dezembro que modificou o currículo do curso de Ciências Econômicas. Este passou a ter duração de quatro anos e teve em sua grade curricular uma importante modificação capaz de desassociar-se tanto

do Direito como da Contabilidade. Foi a partir desse decreto que o curso adquiriu o status de universitário. Essa estrutura curricular teve permanência de dezessete anos, ou seja, quase duas décadas de atuação. Conforme escreve Souza (2001, p. 382):

Em 1946 foi criado o curso de Economia na Universidade do Brasil, através da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, com um novo currículo de Economia que passou a ser padrão no País. Esse foi o primeiro curso de Economia integrado a uma estrutura universitária no Brasil. Por autoria de um deputado gaúcho, Fernando Ferrari, em 13/08/1951, a Lei nº 1.411 regulamentou a profissão de economista e estabeleceu as normas de sua organização, através dos Conselhos Federais e Regionais de Economistas Profissionais.

Ao final, em 1962, entra em vigor a Lei de Diretrizes e Bases a partir do Parecer do Conselho Federal de Educação 397/62 que separou o curso de Ciências Econômicas do curso de Contabilidade e Atuárias. Segundo Mendes (2006, p. 104) “o de 1962 cimentou e consolidou os avanços havidos desde 30 anos antes. A análise de estrutura de cada currículo mostra, com bastante clareza, essa evolução”. É válido destacar que, ocorreu além de um crescimento quantitativo da graduação no país, um “aproveitamento” equilibrado entre as diversas regiões do país. De tal modo, a experiência foi tão exitosa, que começaram a surgir os cursos de pós graduação e mestrado no Brasil. Não demorou muito para que o doutorado pudesse ser realizado totalmente no país, diminuindo assim, a necessidade de envio dos alunos para os centros estrangeiros.

De acordo com as Diretrizes curriculares do curso de Economia, Resolução nº 4/2007, art.4º (Brasil, 2007), o curso deve possibilitar as seguintes competências e habilidades à formação profissional: “I - desenvolver raciocínios logicamente consistentes; II - ler e compreender textos econômicos; III - elaborar pareceres, relatórios, trabalhos e textos na área econômica; IV - utilizar adequadamente conceitos teóricos fundamentais da ciência econômica; V - utilizar o instrumental econômico para analisar situações históricas concretas; VI - utilizar formulações matemáticas e estatísticas na análise dos fenômenos socioeconômicos; e VII - diferenciar correntes teóricas a partir de distintas políticas econômicas.”

A priori, faz-se necessário entender em que consiste a profissão do economista já que a regulamentação do curso exigiu esforço e o tempo maior para que se pudesse consolidar. O profissional economista é portador de uma das mais completas áreas do conhecimento, o que oferece um amplo leque de atuação no mercado de trabalho. Para exercer legalmente a profissão de economista, é necessária a inscrição no Corecon do estado de residência.

A determinação está prevista na Lei nº 1.411/1951 (COFECON, 2019) que dispõe sobre a profissão de economista, em seu art. 14: “Só poderão exercer a profissão de Economista os profissionais devidamente registrados nos Corecons pelos quais será expedida a carteira profissional”, e parágrafo único: “Serão também registrados no mesmo órgão as empresas, entidades e os escritórios que explorem, sob qualquer forma, atividades técnicas de Economia e Finanças” (2019, p. 5).

Logo abaixo estão descritas as atividades privativas, específicas e/ou inerentes à profissão do Economista, segundo dispõe a Consolidação da Legislação do Economista definida pelo COFECON:

A atividade profissional do Economista exercita-se em empreendimentos públicos, privados ou mistos, ou por quaisquer outros meios que objetivem, técnica ou cientificamente, o aumento ou a conservação do rendimento econômico (Brasil, 1952, art. 3º)

Quadro 1 – Atividades inerentes à profissão do economista
(continua)
a) assessoria, consultoria e pesquisa econômico-financeira;
b) estudos de mercado e de viabilidade econômico-financeira;
c) análise e elaboração de cenários econômicos, planejamento estratégico nas áreas social, econômica e financeira;
d) estudo e análise de mercado financeiro e de capitais e derivativos;
e) estudo de viabilidade e de mercado relacionado à economia da tecnologia, do conhecimento e da informação, da cultura e do turismo;
f) produção e análise de informações estatísticas de natureza econômica e financeira, incluindo contas nacionais e índices de preços;
g) planejamento, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação econômico-financeira de política tributária e finanças públicas;
h) assessoria, consultoria, formulação, análise e implementação de política econômica, fiscal, monetária, cambial e creditícia;
i) planejamento, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de planos, programas, projetos de natureza econômico financeira;
j) avaliação patrimonial econômico-financeira de empresas e avaliação econômica de bens intangíveis;
k) perícia judicial e extrajudicial e assistência técnica em matéria de natureza econômico-financeira, incluindo cálculos de liquidação; (Incluído pela Resolução nº 1.944, de 30.11.2015)
l) análise financeira de investimentos;
m) estudo e análise para elaboração de orçamentos públicos e privados e avaliação de seus resultados;
n) estudos de mercado, de viabilidade e de impacto econômico-social relacionados ao meio ambiente, à ecologia, ao desenvolvimento sustentável e aos recursos naturais;
o) auditoria e fiscalização de natureza econômico-financeira;
p) formulação, análise e implementação de estratégias empresariais e concorrenciais;
q) economia e finanças internacionais, relações econômicas internacionais, aduanas e comércio exterior;
r) certificação de renda de pessoas físicas e jurídicas e consultoria em finanças pessoais;
s) regulação de serviços públicos e defesa da concorrência;
t) estudos e cálculos atuariais nos âmbitos previdenciário e de seguros;

Quadro 1 – Atividades inerentes à profissão do economista (conclusão)
u) consultoria econômico-financeira independente. (Incluído pela Resolução nº 1.913, de 30.05.2014)
v) atuação no campo da economia solidária, objeto da ação do Conselho Nacional de Economia Solidária criado pela Lei nº 10.683/2003, em seu art. 30/XIII, e da Secretaria Nacional de Economia Solidária, que tem as suas competências expressas no art. 24 do Decreto nº 4.764/2003. (Incluído pela Resolução nº 1.933, de 1.06.2015)
w) atuação no campo da economia da cultura e da economia criativa, objeto da ação do Ministério da Cultura, conforme competências expressas no art. 17 do Anexo I do Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012. (Incluído pela Resolução nº 1.944, de 30.11.2015)
x) arbitragem e mediação. (Incluído pela Resolução nº 1.944 de 30.11.2015).

Fonte: COFECON, 2019

2.1 A sub-representação feminina nos departamentos de Economia

As pesquisas sobre a graduação no Brasil são recentes e inserir a preocupação com a desigualdade de gênero na academia faz parte deste estudo. O país possui uma carência de estudos sobre o assunto, por isso, dada a escassez de informações, não foi possível analisar a trajetória da inserção da mulher no curso de economia desde a sua formação. Porém é possível estimar que embora as mulheres sejam maioria no ensino superior, elas constituem a minoria entre os estudantes de economia e além disso, esse número diminui ainda mais quando as mulheres avançam nos diferentes estágios da carreira. Embora mulheres sejam maioria dos matriculados em cursos de graduação no Brasil, sendo 56,5% em 2020 (INEP, 2020), representam uma minoria entre estudantes de economia, sendo 28,76% dos ingressantes de graduação em 2020 pelos dados obtidos. Como escrevem Rocha, Diaz e Pereda (2020) “No Brasil, a fração de mulheres que escolhem o curso é inferior à de mulheres que escolhem Química, Matemática e Estatística, áreas que são popularmente mais dominadas por homens”.

Existem evidências que podem explicar esse hiato de gênero na graduação. Levando em consideração essa preocupação, a cada ano, o grupo EconomistAs-USP conduz uma pesquisa junto aos centros de pós-graduação em Economia do Brasil, com o objetivo de analisar a presença feminina em diferentes fases da carreira acadêmica na área de Economia (Economistas, 2021)."

Em seu artigo, Hengel (2017) argumenta que os trabalhos acadêmicos femininos passam por um processo de avaliação mais longo e mais criterioso nas principais revistas, isso faz com que as mulheres tenham menos tempo para escrever outros artigos. A pesquisa analisa se existem vieses de gênero nas avaliações de artigos científicos por pares, sugerindo que as mulheres podem ser submetidas a críticas mais duras do que os homens. Além disso o preconceito, a maternidade e escolhas de carreira são indicadores que influenciam a permanência da mulher no ensino superior.

De acordo com Karpavicius *et al.* (2019), realizando discussão com base nos dados do censo da educação superior, as mulheres matriculadas representavam cerca de 57% dos alunos no Brasil, mas, o curso de Economia foi responsável por apenas 39% delas, em 2015. Apesar de uma crescente participação feminina em cursos que outrora foram dominados pela figura masculina, o curso de Economia, contudo, vive um cenário sem mudanças significativas. Diante desses dados é preciso entender o porquê dessa condição. Seriam as mulheres desestimuladas a ingressar no curso por algum motivo específico? E por que esse cenário precisa mudar? Por que ter mais mulheres estudando Economia é desejável? Vale ressaltar que apresentar possíveis causas que sejam capazes de trazer uma reflexão sobre o problema, propicia a criação de oportunidades para que seja possível o alcance de maior igualdade entre os sexos no mercado de trabalho e na organização social em geral.

Karpavicius *et al* (2019, p. 15) escreve que as “mulheres trazem uma perspectiva e priorização diferente dos homens, o que se estende para cargos de liderança [...]”. A princípio é necessário entender a participação da mulher nos vários estágios da carreira acadêmica. Segundo um grupo de pesquisa da USP denominado de Economistas, o qual realiza uma pesquisa anual junto aos centros de pós graduação em Economia do Brasil e com base nos dados do relatório de 2021, as mulheres ocupam apenas 27,5% do cargo de docentes em instituições de ensino superior.

Esse estudo sugere um “*leaky pipeline*” que é um termo utilizado para designar o fato de as mulheres terem mais dificuldade em progredir na carreira acadêmica. Portanto, a progressão de carreira pode ser um “gargalo” que explica a baixa adesão da mulher ao curso. É possível encontrar apontamentos que levam a essa conclusão, no estudo, ao analisar que o número de professoras titulares nas instituições de ensino superior é de 20,8%. A jornada dupla de trabalho e a desigualdade salarial não podem ser fatores consideráveis, nesse caso, para adicionarmos à problemática pois, como supracitado, o estudo sugere que Economia, é um dos cursos que sofre com essa estatística, quando analisado em conjunto com outros cursos, como por exemplo, os da área de exatas. Portanto, tal estudo aponta que, existe uma lacuna de gênero na progressão da carreira acadêmica. As diferenças culturais podem ser uma possível evidência para tentar explicar esse comportamento.

Estudos como o relatório anual com os centros de pós-graduação em economia do Brasil (2021), revelam que as mulheres progridem menos na carreira acadêmica. Isso pode ser resultado de vários fatores, dentre eles se destaca a produtividade. É oportuno destacar que “em editais mais competitivos e que avaliam o histórico dos pesquisadores (com é o caso das bolsas

de produtividade do CNPq), há diferença de gênero na probabilidade de obtenção dos recursos”, conforme escrevem Pereda *et al* (2022).

É comum que na carreira acadêmica, a utilização da quantidade de trabalhos escritos e publicados, sirva como parâmetro para a atribuição de um alto grau de profissionalismo do indivíduo ou não. A participação em congressos e conferências pode ser vista como um indicador positivo quando se trata de publicação de artigos. Isso facilita a construção de conexões com outros autores além de influenciar na progressão de carreira dentro das universidades. No Brasil, o currículo de um economista também é medido através das suas publicações. A exemplo disso, Rocha, *et al* (2021, p. 845) escrevem que:

as duas principais conferências nacionais de economia são as reuniões anuais da ANPEC e da SBE. A ANPEC e a SBE são reuniões paralelas que ocorrem em dezembro desde 1979.²³ ° procedimentos de submissão e seleção de artigos são bastante padronizados, como nas principais conferências nos EUA ou na Europa.

Outro dado importante é sobre a distribuição das mulheres nos diferentes campos da Economia. Com a ressalva de que o seu estudo pode apresentar algumas limitações, principalmente na análise das características de persistência, Dolado *et al* (2012) sugere que há segregação de gênero em campo e dependência de trajetória já que homens podem evitar “ocupar” áreas dominadas pelas mulheres fazendo que elas se tornem ainda mais femininas, além disso as evidências dos seus estudos sugerem que o contrário também acontece. Ou seja, probabilidade das mulheres escolherem áreas com grande participação feminina é muito grande. Esse fenômeno pode ser resultado da baixa propensão a competir como já citado nesse texto.

A ideia é que, mesmo que as habilidades sejam distribuídas de igual modo, as mulheres enfrentam interrupções (a exemplo da maternidade) ao longo carreira que podem induzi-las a escolher cargos menos competitivos e de perfil e qualidade inferiores.

No entanto, como escreve Dolado *et al* (2012, p. 369) esses padrões de segregação parecem estar desaparecendo lentamente entre as mulheres economistas que se formaram na última década, o que aponta para mudanças comportamentais ou alterações nas preferências.

Apesar dessa condição, ainda há um longo caminho a percorrer. Claudia Goldin (2013), professora de economia na Universidade de Harvard e presidente da *American Economic Association*, observa que a economia está fazendo um trabalho ruim para atrair o segmento mais numeroso e de crescimento mais rápido da população de graduação: as mulheres. A forma como a introdução à economia é ensinada pode ser um dos motivos do “afastamento” das mulheres, escreve ela no Jornal. Existe uma concepção errada do que realmente é a economia, dessa

forma, no primeiro contato, a ouvinte pode não compreender a amplitude do campo econômico. Além disso, o baixo número de docentes do sexo feminino pode ser um motivo a ser considerado já que, com a presença de um corpo docente inspirador, a aluna encontra mais facilidade na hora de escolher o campo de pesquisa, por exemplo. Griffith (2013, p.9) escreve que:

Outra hipótese que tem atraído muita atenção no mundo das políticas e a hipótese do “modelo”. Estudantes do sexo feminino em áreas tradicionalmente dominados por homens, como a economia e as ciências físicas, podem ter maior probabilidade de seguir essas áreas se puderem observar alguém “como elas” - do mesmo sexo - tendo sucesso nessa área.

Aliás, é oportuno destacar que o *Prêmio Sveriges Riksbank* em Ciências Económicas de 2023 — o “Nobel da Economia” — foi atribuído à economista Claudia Goldin, da Universidade de Harvard, em Cambridge, Massachusetts. Goldin foi responsável por ter “avançado a nossa compreensão dos resultados do mercado de trabalho das mulheres”.

O prêmio de economista foi inserido em 1969 e até o ano passado havia premiado 92 pessoas. Cláudia é apenas a terceira mulher a receber o Nobel de Economia: antes dela, Elinor Ostrom foi a vencedora em 2009 e Esther Duflo em 2019. Desde 1969 o prêmio é distribuído entre homens.

A economista foi a primeira a apresentar resultados sobre os rendimentos das mulheres e a participação feminina no mercado de trabalho ao longo dos séculos. Sua pesquisa revela as causas das mudanças dessa participação feminina bem como os principais fatores que definem a lacuna de gênero remanescente. Segundo matéria veiculada no Estadão (2023), Goldin analisou 200 anos de participação das mulheres no mercado de trabalho, mostrando que, apesar do crescimento econômico contínuo, os ganhos das mulheres não se equipararam aos dos homens e a diferença ainda persiste, mesmo que as mulheres tenham alcançado níveis mais altos de educação do que os homens.

Ela explica a origem do hiato (entre homens e mulheres), como ele mudou ao longo do tempo e como varia de acordo com o estágio de desenvolvimento. Portanto, “não há uma medida única”, disse Hjalmarsson, membro do comitê do prêmio.

2.2 Um retrato do curso de Ciências Econômicas no Brasil a partir do Censo da Educação Superior

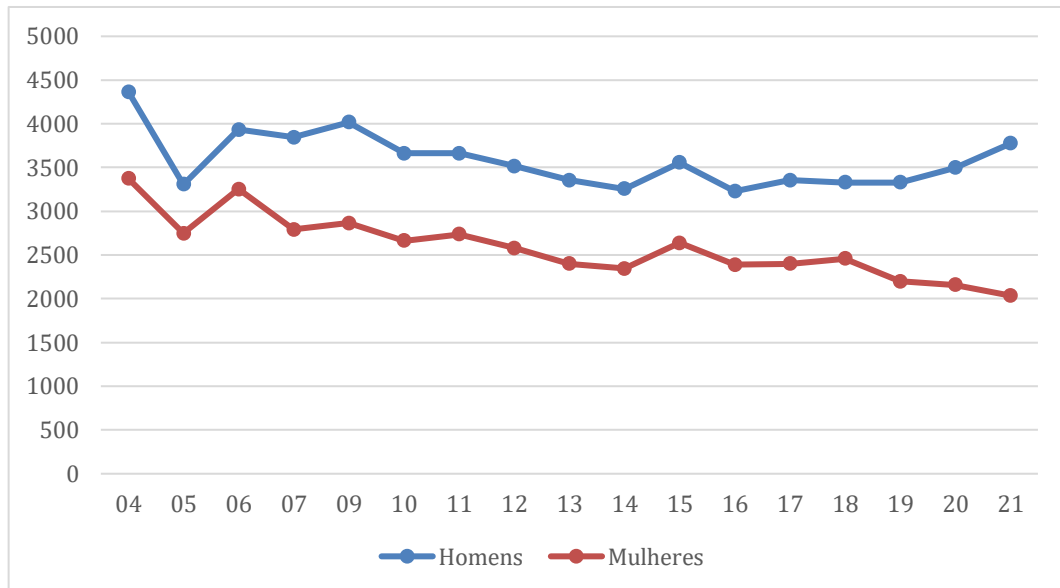
O objetivo desse tópico é avaliar a participação feminina na graduação de Ciências Econômicas. Serão analisados como se diferenciam alunos e alunas. A série avaliada nesse trabalho compreende os períodos de 2004 a 2021, entretanto, optou-se por excluir o ano de 2008

em razão da discrepância dos resultados apresentados para este. A média geral dos dados ao longo da série — desconsiderado o ano supracitado — foi de 6.177 conclusões, enquanto a média de conclusões femininas foi de 2.589.

Entre 2004 e 2021, cerca de 105.022 estudantes concluíram o curso de ciências econômicas no Brasil. Como se observa no Gráfico 1, ao longo da série avaliada, o total anual de formados variou em torno da média, na margem de 5,5 e 7,7 mil, com uma tendência de decréscimo ao longo do período com uma atenção especial aos anos de 2019 a 2021 que apresentou uma tendência de queda diferente do padrão apresentado anteriormente. Isso aponta que, de maneira geral, ocorreu um aumento do desinteresse na carreira do cientista econômico ao longo do tempo, o que pode estar ligado a fatores econômicos, como a piora do cenário trabalhista, com a conseqüente diminuição na perspectiva de absorção desses profissionais pelo mercado de trabalho, ademais, os impactos ligados à crise do COVID-19 podem ter influenciado a procura pela inserção nos cursos de graduação em economia. O relatório anual da USP com os centros de pesquisas de pós-graduação em Economia do Brasil (2021) aponta que a pandemia “teve diversos impactos disruptivos sobre as universidades”.

Considerando os dados de concluintes do curso de economia, verifica-se que no período de 2004 a 2021, constata-se um percentual médio de 42% de mulheres e 58% de homens. O gráfico 1 mostra que, ao longo da série avaliada, é possível notar um padrão linear entre os gêneros. Com exceção do ano de 2005 que sofreu uma queda significativa no número de concluintes em seu total, dessa forma, o público feminino foi fortemente afetado. Um destaque para os anos de 2004 e 2005, como aponta o gráfico 2, no primeiro ano concluíram um total de 7738 alunos, dentre os quais 4365 eram homens e 3373 eram mulheres, já no ano de 2005 o resultado foi de 6055 no total dentre os quais 3307 eram homens e 2748 eram mulheres. No ano de 2006 a participação feminina em números absolutos, caiu com relação ao ano de 2004, porém, houve uma variação positiva ante o ano de 2005 saindo de 2748 para 3251, contudo, como pode ser observado na tabela 1, em termos percentuais houve um aumento do número de conclusões no ano de 2006 se comparado ao ano de 2004.

Gráfico 1 – Evolução do número de concluintes do curso de economia no Brasil, por sexo – 2004 – 2021



Fonte: elaboração própria com base nos dados do censo de educação superior

Nos anos subsequentes o número anual de concluintes seguiu uma tendência de queda em valores absolutos, ao mesmo tempo a participação das conclusões de homens cresceu enquanto a feminina encolheu, em termos percentuais. Isso pode ser explicado pela velocidade de queda de ambos os grupos. Entre 2006 e 2013 – com exceção do ano de 2008 – enquanto o número de conclusões femininas caiu a uma taxa média anual de - 4,7%, a dos homens caiu a uma taxa média de -2,54%, portanto, em um ritmo menor que o feminino.

Como é possível verificar na Tabela 1, a seguir, entre 2019 e 2021, o número absoluto de concluintes cresceu, saindo de 5526 para 5811, mas grande parte desse aumento foi ocasionado pela elevação do quantitativo de conclusões masculinas. O quantitativo de conclusões femininas caiu persistentemente em 2020 e 2021, ante o ano de 2019. Essa relação é expressa pela taxa média de variação média do período para as duas categorias. As conclusões de homens se alteraram a uma taxa média anual de 4,33%.

As conclusões das mulheres variaram a uma taxa média anual de -6,04. O período de 2020 a 2021 foram marcados pela pandemia da COVID-19, o que pode ajudar a sugerir algumas causalidades para a intensa discrepância de gênero no número de conclusões do período. A participação das mulheres no total de conclusões passou de 39,76% para apenas 35,04%, enquanto a de homens saiu de 60,24% e chegou a 64,96% em 2021.

A Covid-19 impactou o Brasil em um período especialmente desafiador, considerando que a economia enfrentava uma séria crise nos anos de 2015 e 2016, e tem demonstrado uma capacidade limitada de recuperação desde então. A pandemia contribuiu para a intensificação

do cenário de crescimento econômico reduzido e elevado desemprego, agravando ainda mais as desigualdades já bastante pronunciadas em uma economia em que uma parcela significativa da força de trabalho está envolvida em atividades informais.

Os impactos resultantes do distanciamento social não foram uniformes entre homens e mulheres. O relatório da CEPAL (2020) destaca que, antes da pandemia, as mulheres na América Latina e no Caribe eram responsáveis por grande parte dos papéis no trabalho de cuidados, tanto remunerado quanto não remunerado. Além disso, ressalta como essas responsabilidades de cuidado foram intensificadas com a chegada da pandemia de COVID-19. Isso expõe a desigualdade de gênero dentro de casa e reforça a suposição de que houve uma diminuição entre o número de concluintes do sexo feminino no curso em razão da dificuldade de conciliar os estudos, principalmente de forma remota durante esse período, e os afazeres de casa. Essa desigualdade, além de se manifestar na quantidade de trabalho atribuída à mulher, geram efeitos negativos ao seu bem-estar social. Dessa forma é possível inferir que a mulher não tenha tido opção de escolha.

Tabela 1 – Número de concluintes do curso de Ciências Econômicas no Brasil - 2004 – 2021

	Homens	Mulheres	Total	%H	%M
2004	4365	3373	7738	56,41%	43,59%
2005	3307	2748	6055	54,62%	45,38%
2006	3935	3251	7186	54,76%	45,24%
2007	3845	2791	6636	57,94%	42,06%
2009	4019	2864	6883	58,39%	41,61%
2010	3662	2663	6325	57,90%	42,10%
2011	3662	2738	6400	57,22%	42,78%
2012	3516	2579	6095	57,69%	42,31%
2013	3354	2399	5753	58,30%	41,70%
2014	3258	2345	5603	58,15%	41,85%
2015	3558	2638	6196	57,42%	42,58%
2016	3229	2388	5617	57,49%	42,51%
2017	3354	2399	5753	58,30%	41,70%
2018	3329	2460	5789	57,51%	42,49%
2019	3329	2197	5526	60,24%	39,76%
2020	3498	2158	5656	61,85%	38,15%
2021	3775	2036	5811	64,96%	35,04%
Total	60995	44027	105022	58%	42%

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar (INEP, 2022)

Para concluir as observações a partir dos dados do Censo Escolar, no período 2006 a 2019, conforme pode ser observado na Tabela 1, a quantidade de concluintes em 2019 chegou

a um patamar inferior ao registrado em 2014. Ao se calcular a taxa média anual para o período pode-se verificar que a maior parte da queda foi responsável pela redução do número de conclusões de mulheres, uma vez que estas reduziram-se a uma taxa média de -1,15%, enquanto a taxa média de variação, ao longo do período, para as conclusões masculinas foi de 0,04%.

Por fim, este capítulo se propôs a apresentar alguns aspectos da origem do curso de Ciências Econômicas no Brasil bem como algumas considerações das publicações que versam sobre a inserção feminina no curso. Foi possível identificar que é uma área ainda pouco explorada por estudos e pesquisas, principalmente no Brasil. Isso reflete na ausência de estudos que possam nos dar uma ideia da inserção da mulher no curso de economia no início do século XX. Assim, não foi possível mencionar informações desse período que pudessem dar conta dos aspectos inerentes ao objeto de pesquisa desta monografia.

Mas esse não é apenas uma expressão no Brasil, mas pelo mundo também. Isso fica claro, por exemplo quando observamos o Prêmio Nobel de Economia. Destacou-se a pouca participação das economistas nesta premiação. O prêmio iniciou em 1969 e até 2022 havia premiado 92 pessoas. E dentre estas apenas 3 foram mulheres. O Prêmio Nobel 2022 saiu para a economista Claudia Goldin, da Universidade de Harvard, em Cambridge, Massachusetts. Antes dela, Elinor Ostrom foi a vencedora em 2009 e Esther Duflo em 2019. Vejam que as três mulheres foram premiadas nos últimos treze anos, ainda expressando desigualdade, mas demonstrando que as mulheres avançam, mesmo que a passos mais lentos.

Outra constatação relevante no entendimento do lugar ocupado pelas mulheres na economia diz respeito a escolha do curso dentre outras opções no ensino superior. Embora as mulheres sejam maioria no ensino superior, elas constituem a minoria entre os estudantes de economia e além disso, esse número diminui ainda mais quando as mulheres avançam nos diferentes estágios da carreira. Embora mulheres sejam maioria dos matriculados em cursos de graduação no Brasil, representam uma minoria entre estudantes de economia. Isso demonstra o quanto é necessário nos debruçarmos no entendimento e na ação para que os cursos de economia possam ser uma opção para as mulheres no ensino superior, podendo assim disputar e ocupar espaços de liderança no mundo corporativo e institucional, de um modo geral.

3 UM DIAGNÓSTICO SÓCIO-OCUPACIONAL DAS EGRESSAS

O objeto dos resultados tratados nesse capítulo refere-se ao diagnóstico sócio-ocupacional das egressas do curso de Economia da UESB. A amostra da pesquisa é formada por mulheres que concluíram o curso entre 2004 e 2021. Fundado em 1994, no momento de realização dessa pesquisa, o curso tem 24 anos de existência e tem como foco principal a formação de profissionais capazes de promover análises dos processos de produção, distribuição, uso e acumulação de bens materiais do ponto de vista sociopolíticos, tecnológicos, gerenciais e naturais neles influentes.

De acordo com os dados do SGC (UESB, 2022), cerca de 296 alunos se formaram entre o período analisado, desse total, aproximadamente 52% refere-se a concluintes do sexo masculino, enquanto as mulheres representavam aproximadamente 48% dos formados, o que mostra uma diferença não muito ampla, se comparado aos concluintes do curso de Economia no Brasil, no mesmo período, conforme supracitado. A pesquisa conta com uma amostra de 62 mulheres com formação nos mais diversos anos. Tal amostra representa cerca de 43,7% do total de mulheres formadas no curso de Ciências Econômicas da UESB.

Para realizar esta pesquisa, foi utilizado um questionário online através da plataforma Survio, o qual foi aplicado nos meses de setembro e outubro. O questionário adotado conta com uma estrutura de 27 perguntas ao total, sendo 21 de múltipla escolha e 6 de respostas discursivas. Primeiro buscou-se analisar o perfil de cada egressa com informações pessoais como estado civil, cor, idade, cidade de origem entre outros. Na sequência, o questionário busca investigar a percepção das egressas em relação ao curso, com perguntas a respeito das habilidades e competências adquiridas no curso, a contribuição do curso acerca do mercado de trabalho e acerca da formação do senso ético de cada concluinte. Ao final do questionário, as perguntas foram direcionadas à vida profissional, a partir da formação, com o objetivo de entender se o curso contribuiu positivamente para a área de atuação de cada uma.

O questionário inicia inquerindo o nome da aluna a fim de controle sobre cada resposta. O intuito era evitar duplicidade. A seguir, a egressa responde sobre o seu estado civil. Para a pergunta “Qual das opções abaixo melhor descreve seu estado civil?”, todas as 62 participantes responderam. Nesse tópico é possível perceber que não houve uma disparidade relevante entre o total de solteiras e casadas. Enquanto as concluintes solteiras representaram 45% das respostas, as casadas vieram logo atrás com 44% das respostas. Juntas, representam cerca de 89% das respostas. 8% das mulheres responderam outra opção, 3% disseram ser divorciadas e 1% viúva.

A pergunta a seguir contou com a participação das 62 participantes. É importante mencionar esse dado já que, como dito anteriormente, as respostas foram de livre escolha, ou seja, a participante poderia optar por pular qualquer pergunta sem respondê-la. A questão investiga a faixa etária de cada egressa. 37% representam aquelas que possuem entre 30 e 39 anos, são as idades de maior prevalência entre as participantes do questionário. 31% possuem entre 40 e 49 anos, mesmo percentual das que possuem entre 20 e 29 anos, enquanto 50 a 59 anos representam apenas 2% do total.

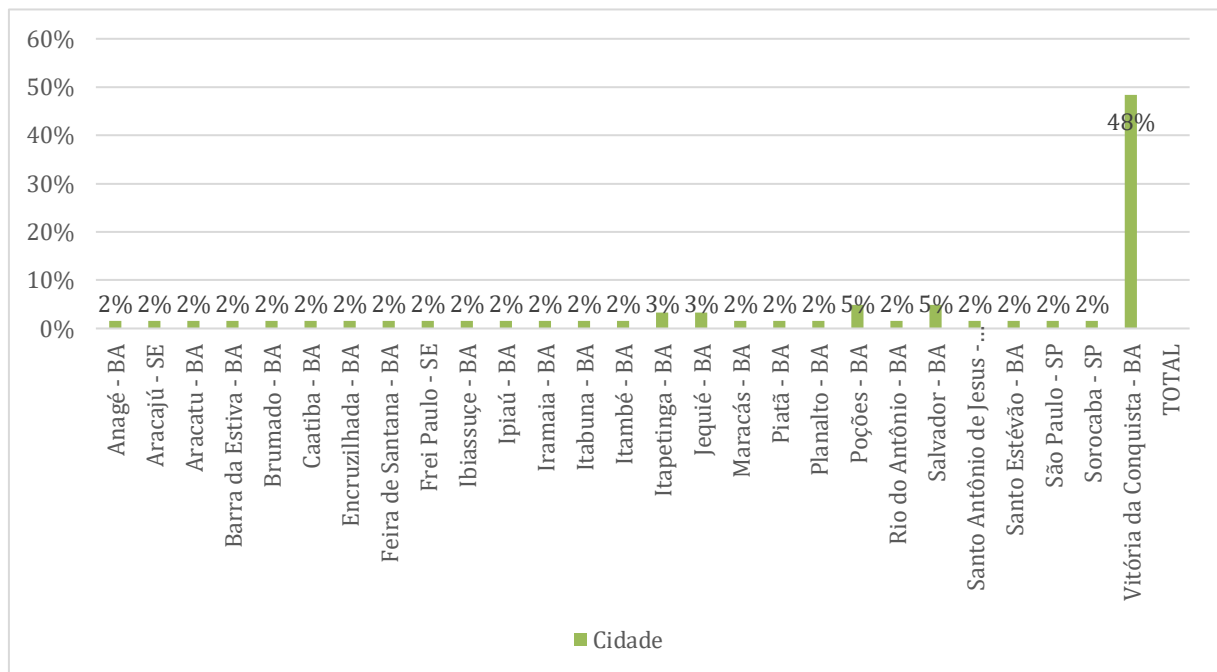
Das que se declararam casadas, 19% possuem entre 40 a 49 anos, 15% possuem entre 30 a 39 anos e 8% possuem entre 20 a 29 anos. Isso significa que a faixa etária que prevalece entre as egressas casadas é a de 40 a 49 anos. Já sobre as solteiras, 23% possuem entre 20 a 29 anos, 15% possuem entre 30 e 39 anos e 8% possuem entre 40 a 49 anos.

A próxima pergunta também foi respondida pelas 62 egressas, sendo acerca da cor de cada uma. A cor parda teve maior representatividade, com um total de 48% das participantes do questionário, já a cor branca teve 35% das respostas ocupando o segundo lugar. A cor preta foi representada por 15% das egressas. Por último e não menos importante, o questionário teve participação de uma egressa auto declarada indígena. Das que se declararam brancas, 13% possuem entre 20 a 29 anos, 10% entre 30 a 39 anos, 11% entre 40 a 49 anos e 2% entre 50 a 59 anos. A cor de maior prevalência foi a cor parda, dessas, 10% possuem entre 20 a 29 anos, 23% entre 30 a 39 anos e 16% entre 40 a 49 anos. A cor de menor representatividade foi a cor preta, das que responderam, 8% possuem entre 20 a 29 anos, 5% possuem entre 30 a 39 anos e 2% possuem entre 40 a 49 anos.

A próxima questão investiga se a participante possui filhos ou não. 56% responderam que não possuem filhos. Dessas, 71% são solteiras e 26% são casadas. Enquanto 44% responderam que possuem. Dessas, 79% são casadas e 17% são solteiras. Essa investigação acerca da maternidade tem grande relevância para verificar se esta pode ter interferido na progressão de carreira das mulheres ou não. 100% das egressas que possuem filho consideram que a maternidade interfere na ascensão da carreira feminina.

O questionário se preocupou em apurar sobre a cidade de origem e a de residência atual de cada egressa, a fim de entender se estas continuaram ou retornaram para as cidades de origem ou se partiram para algum centro a fim de se desenvolverem profissionalmente. Sobre as cidades de origem, houve participação de 100% das mulheres. O Gráfico 2 dispõe das seguintes informações:

Gráfico 2 - Cidade de origem das egressas do curso de Ciências Econômicas - 2004 - 2021



Sobre a cidade em que reside atualmente 100% das egressas responderam. É importante fazer uma análise acerca da residência anterior e a atual dessas participantes do questionário com o intuito de entender se estas optaram por permanecer em suas cidades de origem ou se optaram por procurar os grandes centros. 48% das participantes do questionário são naturais de Vitória da Conquista. Destas, 80% optaram por continuar residindo em Vitória da Conquista enquanto 20% optaram por buscar oportunidade em outras cidades.

O deslocamento para outros municípios cresce conforme a escolaridade e está relacionado à distribuição desigual das unidades de ensino no país. Seguindo esse ciclo, 52% das participantes do questionário são naturais de outros municípios. Dessas, 53% permaneceram em Vitória da Conquista, enquanto 28% optaram por se mudar para outros municípios que não fossem os de origem. Esse é um dado que revela um problema a qual o país enfrenta. Existe uma “ineficiência” no que diz respeito a preparar o estudante de ensino superior após a conclusão de curso. Não seria ideal que o concluinte retornasse ao seu município de origem a fim de promover o desenvolvimento deste e extirpasse a concentração econômica proveniente de um contingente de pessoas em grandes centros urbanos? É preciso desenvolver políticas públicas – a começar pelas universidades – que sejam capazes de despertar essa necessidade a fim de qualificar mão de obra que seja atuante no desenvolvimento do interior. Dos estudantes que possuem origem de outros municípios apenas 19% retornaram.

A seguir, o questionário indaga se a participantes do questionário possui formação acadêmica além da graduação. 66% responderam que sim, ou seja, possuem um aditivo à carreira, enquanto 34% responderam que não possuem. A fim de aprofundar o entendimento sobre essa formação acadêmica, o questionário segue investigando qual o último curso concluído por cada uma. Apenas 71% das participantes do questionário responderam a essa questão, das quais 57% respondeu que possui especialização de nível superior, 25% representam aquelas que possuem mestrado enquanto que 11% informaram que possuem outra especialização, 5% possuem doutorado e 2% possui especialização de nível técnico.

A partir dessa sessão, o questionário se destina a investigar a influência do curso na vida profissional das egressas. A próxima pergunta também contou com 100% de participação e apresenta as habilidades e competências de um economista de acordo com as Diretrizes curriculares do curso de Economia, Resolução nº 4/2007, art.4^o (Brasil, 2007) e questiona se, considerando as competências e habilidades mencionadas, quantas delas as egressas consideram que foram adquiridas no curso. Seguem as habilidades e competências mencionadas: “I - desenvolver raciocínios logicamente consistentes; II - ler e compreender textos econômicos; III - elaborar pareceres, relatórios, trabalhos e textos na área econômica; IV - utilizar adequadamente conceitos teóricos fundamentais da ciência econômica; V - utilizar o instrumental econômico para analisar situações históricas concretas; VI - utilizar formulações matemáticas e estatísticas na análise dos fenômenos socioeconômicos; e VII - diferenciar correntes teóricas a partir de distintas políticas econômicas.”.

Das respostas, 73% informaram que adquiriram pelo menos três ou mais competências e habilidades no curso de Ciências Econômicas da UESB. Isso significa que para grande maioria, o curso tem colaborado positivamente na formação da aluna enquanto profissional. 13% responderam pelo menos duas habilidades e competências. 10% de identificaram com todas as habilidades e competências e 5% responderam que adquiriram pelo menos uma habilidade e competência. A questão “nenhuma” não foi escolhida por qualquer das participantes.

A questão posterior diz respeito ao que foi adquirido no curso. A intenção é entender se os conhecimentos adquiridos no curso de Ciências Econômicas as auxiliaram no mercado de trabalho. Contou com a participação de 98% das participantes, tendo apenas uma abstenção, dessas, 74% responderam que sim, foram auxiliadas pelo curso, enquanto que 26% responderam que não acreditam que o curso foi capaz de as auxiliarem no mercado de trabalho.

A questão que se seguiu demandou uma resposta aberta e teve como objetivo a justificativa da resposta à questão anterior. Essa é uma informação muito importante, já que, ao

ouvir o posicionamento das ex-estudantes do curso, é possível sugerir se a baixa participação feminina no mercado de trabalho principalmente na área de economia se dá, também, em razão do que o curso oferece.

Aqui foi possível registrar 55 justificativas, dentre as quais, este estudo optou por destacar as que mais se repetiam. Grande parte das participantes do questionário responderam que trabalham em áreas que não são ligadas à formação enquanto outras responderam que o curso tem grande relevância apesar de não atuarem como economista. Das mulheres que responderam anteriormente que o curso não tinha contribuído para a sua formação profissional a justificativa mais atribuída foi sobre a preparação para o mercado de trabalho, segundo estas, a grade não é compatível, ou o curso é muito teórico ou que a preparação é para atuação no setor acadêmico. Houveram abstenções.

Ainda sobre o tema, a pergunta seguinte questiona à egressa se em sua opinião, o curso de Ciências Econômicas contribuiu na sua formação de atitudes, do senso ético para o exercício profissional e para a responsabilidade social. Foram 100% de participação das quais, 95% responderam que sim, segundo estas o curso contribuiu para a formação de atitudes, do senso ético para o exercício profissional e para a responsabilidade social enquanto 5% responderam que não.

Na seção discutida a seguir buscou-se fazer uma análise mais ampla sobre a vida profissional da participantes do questionário. O primeiro questionamento dessa sessão se preocupou em entender sobre a situação de ocupação atual das egressas. As opções se dividiam entre empregada, desempregada mas procurando trabalho, desempregada e não procurando trabalho, aposentada e outra. 76% se classificaram como empregada, 14% responderam que estão em outra situação que se dividem em bolsistas de mestrado e doutorado, profissionais autônomas e desempregadas estudando para concursos. Das demais, 8% responderam que estão desempregadas, mas a procura de trabalho e 2% responderam que estavam desempregadas porém, não estavam em busca de trabalho.

A próxima questão considera a estrutura ocupacional utilizada pelo IBGE. A participante do questionário teve a opção de assinalar o que melhor descreve a sua condição como empregada. As opções eram: empregada do setor público (inclusive empresas de economia mista), que corresponde a 32% das participantes do questionário, empregada do setor privado, que também corresponde a 32% das participantes do questionário, 15% responderam que trabalham por conta própria, 15% responderam outra opção, 5% responderam que são empregadoras, 2% assinalaram vínculo com as áreas militar do exército, da marinha, da aeronáutica, da polícia militar ou do corpo de bombeiros militar. Trabalhadora doméstica e

trabalhadora familiar não remunerada não tiveram respostas. Essa questão foi respondida por 97% das ex-alunas.

A pergunta seguinte foi acerca da atuação como economista. 98% participaram da questão, das quais 84% responderam que não atuam como economista, em contrapartida, 16% responderam que atuam na profissão. A questão de número dezessete poderia ter mais de uma resposta e se preocupou em relacionar a atuação de cada egressa com as atividades inerentes a profissão de uma economista (COFECON, 2023) mesmo que esta não a exercesse formalmente. A princípio a ex-aluna poderia escolher entre sim, não ou não sei a resposta. 19% responderam que sim e continuou a responder a questão, 13% não soube informar e 24% respondeu que não e partiu para a próxima questão, O intuito dessa questão era fazer com que a egressa analisasse se a sua atuação era ligada à profissão de economista mesmo sem o conhecimento desta. Abaixo segue o quadro com as atividades realizadas por um economista conforme o COFECON:

Tabela 2 – Indicação das áreas de atuação das egressas do curso com base nas atividades inerentes ao economista

Atividade (continua)	% de respostas
Análise e elaboração de cenários econômicos, planejamento estratégico nas áreas social, econômica e financeira	11%
Assessoria, consultoria e pesquisa econômico-financeira	11%
Docência no ensino superior ou técnico em disciplinas da área de Economia	9%
Análise financeira de investimentos	8%
Estudos de mercado e de viabilidade econômico-financeira	8%
Formulação, análise e implementação de estratégias empresariais e concorrenciais	7%
Estudo e análise para elaboração de orçamentos públicos e privados e avaliação de seus resultados	4%
Planejamento, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de planos, programas, projetos de natureza econômico-financeira	4%
Produção e análise de informações estatísticas de natureza econômica e financeira, incluindo contas nacionais e índices de preços	4%
Atuação no campo da economia solidária, objeto da ação do Conselho Nacional de Economia Solidária, criado pela Lei nº 10.683/2003, em seu artigo 30/XIII, e da Secretaria Nacional de Economia Solidária, que tem as suas competências expressas no artigo 24 do Decreto nº 4.764/2003. (incluído pela Resolução nº 1.933, de 1.06.2015)	4%
Planejamento, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação econômico-financeira de política tributária e finanças públicas	4%

Tabela 2 – Indicação das áreas de atuação das egressas do curso com base nas atividades inerentes ao economista

	(conclusão)
Atuação no campo da economia da cultura e da economia criativa, objeto da ação do Ministério da Cultura, conforme competências expressas no artigo 17 do Anexo I do Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012. (incluído pela Resolução nº 1.944, de 30.11.2015)	3%
Consultoria econômico-financeira independente. (incluído pela Resolução nº 1.913, de 30.05.2014)	3%
Certificação de renda de pessoas físicas e jurídicas e consultoria em finanças pessoais	3%
Auditoria e fiscalização de natureza econômico-financeira	3%
Estudos de mercado, de viabilidade e de impacto econômico-social relacionados ao meio ambiente, à ecologia, ao desenvolvimento sustentável e aos recursos naturais	3%
Estudo e análise de mercado financeiro e de capitais e derivativos	3%
Avaliação patrimonial econômico-financeira de empresas e avaliação econômica de bens intangíveis	2%
Economia e finanças internacionais, relações econômicas internacionais, aduanas e comércio exterior	1%
Perícia judicial e extrajudicial e assistência técnica em matéria de natureza econômico-financeira, incluindo cálculos de liquidação; (incluído pela Resolução nº 1.944, de 30.11.2015)	1%
Assessoria, consultoria, formulação, análise e implementação de política econômica, fiscal, monetária, cambial e creditícia	1%
Arbitragem e mediação. (incluído pela Resolução nº 1.944 de 30.11.2015)	0%
Estudos e cálculos atuariais nos âmbitos previdenciário e de seguros	0%
Regulação de serviços públicos e defesa da concorrência	0%
Estudo de viabilidade e de mercado relacionado à economia da tecnologia, do conhecimento e da informação, da cultura e do turismo	0%

Fonte: Dados da pesquisa realizada, 2023

Na pergunta sobre remuneração mensal bruta, 97% das egressas responderam. Estabeleceu-se um grupo de faixas salariais com base no salário mínimo vigente em 2023. A primeira opção era de menos de um salário mínimo, essa foi representada por 7% das respostas, a segunda opção era de R\$1.320,00 a R\$2.640,00, esta foi escolhida por 22% das ex-alunas. A terceira opção era de R\$2.641,00 a R\$3.960,00, essa foi a opção mais escolhida entre as respostas, cerca de 28% recebem essa remuneração mensal. 17% responderam que ganham entre R\$3.961,00 a R\$5.280,00, enquanto 7% responderam que ganham entre R\$5.281,00 a R\$6.600,00. 8% responderam que ganham entre R\$6.601,00 a R\$10.000,00 e 12% responderam que ganham acima de R\$10.000,00. Segundo dados do IBGE (2021), a renda

média mensal da cidade de Vitória da Conquista, é de cerca de 1.9 salários mínimos (cidade a qual essas egressas mais se concentram). Dessa forma é possível inferir que temos mulheres com uma remuneração mensal superior à essa renda média mensal no município em que o curso foi oferecido. Isso é um dado importante já que mostra uma condição financeira favorável entre grande parte das egressas que responderam o questionário.

É importante analisar a evolução de carreira dessas egressas ao ingressarem no mercado de trabalho. Dessa forma, o questionário se preocupou em entender quais as principais dificuldades encontradas para a sua realização profissional. Para esta, havia 5 opções: a necessidade de cuidado dos filhos ou de outro familiar, o acúmulo de tarefas domésticas, a falta de apoio familiar do esposo/companheiro, esposa/companheira para dedicar-se à profissão, o preconceito no ambiente de trabalho restringindo as possibilidades de ascensão profissional ou, outra alternativa. Como esta era uma questão de múltipla escolha, o questionário obteve 67 respostas. 52% responderam que seria outra alternativa que teria as “atrapalhado” em sua realização pessoal. 16% responderam que o acúmulo de tarefas foi vetor de interrupção, outros 16% responderam que a necessidade de cuidado dos filhos ou de outro familiar as influenciaram a “pausar” as suas carreiras, enquanto 15% responderam que, o preconceito no ambiente de trabalho teria restringido as possibilidades de ascensão profissional. A opção falta de apoio familiar não foi selecionada por nenhuma das participantes do questionário.

Das egressas que optaram por apontar outro motivo, da qual a evolução da carreira foi inviabilizada, as respostas foram das mais variadas. As que tiveram maior destaque foram: falta de oportunidade na cidade que reside, falta de concurso público na área, cansaço físico e mental em razão do acúmulo de tarefas, priorização da carreira do companheiro ao invés da própria, associação de estudo e trabalho, desigualdade na oferta de vagas, falta de incentivo à ascensão da carreira feminina principalmente as de liderança, e outras optaram por escolher o mestrado ou doutorado em razão da insegurança do mercado de trabalho. A que mais se repetiu foi a falta de vagas destinadas ao economista tanto no setor público como no privado. Além disso ocorreram respostas de egressas que indicaram não enfrentar desafios na carreira.

A jornada dupla de trabalho é uma das principais razões que as desestimulam a dar continuidade às suas carreiras. Dessa forma, este estudo se preocupou em entender quantas horas diárias são gastas com os afazeres domésticos. 60% das egressas responderam que gastam entre 1 e 3 horas para a realização das tarefas domésticas. 31% responderam que levam entre 4 e 6 horas diárias a fim de concluírem essas tarefas. 5% responderam que levam entre 7 e 10 horas nos afazeres diários e 5% responderam que possuem funcionárias do lar para as apoiarem nesse quesito. Essa questão contou com 100% de participação das egressas.

Além das horas gastas com os afazeres domésticos é preciso entender se as egressas possuem ajuda familiar na divisão de tarefas. 98% participaram dessa questão, das quais 75% responderam que possuem ajuda na hora de cuidar do lar e 25% responderam que não possuem auxílio na hora de realizar tais atividades.

Conforme escrevem Pereira, Considera e Di Sabbato (2007, p. 436) “embora se tenha tido acesso à educação, trabalho assalariado, participação social e política, [...] as mulheres têm uma face voltada para o lar e a outra para a rua, num grande esforço de sobrevivência, num tempo de ruptura de um código milenar. Em países desenvolvidos, a qual a oferta de emprego para pessoas qualificadas é maior, ocorre uma série de facilidades no que diz respeito a creches, escolas alimentação e limpeza. Dessa forma é possível conciliar atividades remuneradas e afazeres domésticos. Já no Brasil essa situação é totalmente oposta, é possível perceber esse cenário a partir das respostas das egressas. Grande parte optou por não seguir carreira em razão da criação dos filhos e dos afazeres domésticos.

Ainda sobre o questionário, a próxima questão investiga se a egressa considera que a maternidade interfere na ascensão da carreira feminina na dinâmica atual da sociedade. Nessa questão houve 100% de participação das egressas. Dessas, 85% responderam que sim, a maternidade interfere a carreira feminina enquanto 15% responderam que não.

Nessa última seção o questionário ocupou-se em analisar a discriminação sofrida pelas mulheres em ambientes diversos. Essa questão contou com 100% de participação. A pergunta foi a respeito do preconceito enfrentado por estas no ambiente de trabalho. 58% responderam que não sofrem preconceito em seu ambiente de trabalho enquanto 42% afirmam que sim, sofrem preconceito em seus ambientes de trabalho. A próxima pergunta se refere a contratação para altos cargos. A intenção era entender se diante da experiência de cada respondente, esta acredita que as empresas evitam contratar mulheres para ocupar altos postos. 100% das egressas participaram da questão. 76% responderam que sim, enquanto 24% responderam que não.

A seguir, a respondente foi questionada se, diante da sua experiência, em algum momento precisou adotar um comportamento masculino para ser aceita ou progredir de carreira. Nessa questão houve participação de 98% das egressas. 61% responderam que não, enquanto 39% responderam que sim.

Sobre a remuneração atual, a egressa foi questionada se esta é compatível com o que exerce atualmente. 95% responderam à questão. 59% responderam que sim, enquanto 41% consideram-se insatisfeitas com o salário e a profissão que exerce.

A última pergunta foi direcionada ao aspecto discriminação/gênero. Foi perguntado se a respondente já sofreu algum tipo de discriminação por ser mulher. A respondente teve a opção

de marcar mais de uma alternativa. Desse modo, considerando o total de respostas, 28% das respostas indicaram que já sofreram discriminação no trabalho; 24% das respostas indicam que sofreram discriminação em ocasiões sociais; 19% das respostas indicam que já sofreram preconceito na família; 15% das respostas indicam que já sofreram discriminação em ambientes de estudo; e, 15% responderam que não sofreu ou sofre discriminação por ser mulher. Nesse quesito podemos inferir que a última opção (que não sofreu ou sofre discriminação por ser mulher), indica uma resposta única e que representa 15% das respondentes. Desse modo, é possível afirmar que a quase totalidade das respondentes indicou ter sofrido algum tipo de discriminação (75%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo fazer um diagnóstico sócio-ocupacional das egressas do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), partindo do seguinte problema de pesquisa: qual a condição sócio-ocupacional na qual se encontram as egressas do curso de Ciências Econômicas da UESB e como se estrutura a condição social delas? O estudo indica que 76% das egressas estão inseridas no mercado de trabalho, no entanto, as que atuam como economistas representam apenas 16%. Os dados dessa pesquisa também apontam que, embora as egressas não estejam exercendo cargos específicos ao curso, tal formação parece ter influenciado a ocupação feminina em áreas correlatas.

No primeiro capítulo foi feita uma discussão a respeito da divisão sexual do trabalho e das relações sociais de sexo mostrando a contemporaneidade teórica desses conceitos a fim de ponderar sobre a definição do trabalho e sua centralidade. Nesse capítulo, sob a ótica de Helena Hirata e Daniele Kergoat, destacou-se o debate sobre como as estruturas sociais e culturais influenciam e mantêm as desigualdades de gênero e como as relações de gênero influenciam a organização do trabalho na sociedade.

No segundo capítulo o trabalho se propôs a fazer uma abordagem sobre a história e evolução do curso de economia no Brasil. Desse modo, foi possível traçar um retrato dos concluintes do curso de Ciências Econômicas no Brasil a partir do Censo da Educação Superior no período de 2004 a 2021. Nesse período, foi possível observar que houve decréscimo de concluintes do gênero feminino, principalmente durante a pandemia do COVID-19. Os impactos resultantes do distanciamento social não foram uniformes entre homens e mulheres, as responsabilidades de cuidado foram intensificadas o que potencializou o “abandono” destas ao curso antes do período de conclusão, expondo, portanto, a desigualdade de gênero dentro de casa, visto que a mulher precisa conciliar estudo e afazeres domésticos.

E, por fim, no terceiro capítulo, esta monografia se concentrou em discutir as respostas obtidas através de questionário aplicado as egressas, promovendo assim, um diagnóstico da situação social e ocupacional das ex-alunas. Como apontando no início dessas considerações, os principais resultados dão conta de que a condição ocupacional das egressas é razoável, visto que a remuneração da grande maioria é superior a renda média do município de Vitória da Conquista, onde é oferecido o curso.

No quesito remuneração média, cabe ressaltar que foi possível verificar que o maior percentual de respostas das egressas (28%) indicou rendimento na faixa salarial de mais de 2

salários a 3 salários mínimos, superior a renda média verificada no município de Vitória da Conquista (1,9 salários mínimos) conforme dados do IBGE (2021). No entanto, se considerarmos o total de respostas nas faixas salariais superiores a esta, é possível verificar que a somatória das faixas salariais que as respondentes egressas optaram (44%) indicou que sua remuneração bruta está acima de 3 salários mínimos até mais de R\$10.000,00 o que indica que um percentual expressivo indicou remunerações acima da média e localizando-se numa média superior em termos de rendimentos do trabalho.

Ademais a formação parece ter contribuído para a inserção profissional, visto que grande parte das egressas alegam trabalhar em áreas que fazem uso dos conhecimentos obtidos no curso.

Dentre os diversos dados abordados a partir do levantamento do questionário, chama a atenção as informações sobre a maternidade das egressas, situação em que se pode apontar uma influência sobre a progressão de carreira das mulheres. Boa parte das participantes do questionário registraram que se dedicar aos filhos pode ser um “gargalo” para essa finalidade. Na investigação, o questionário contou com uma amostra de 62 mulheres, representando cerca de 43,7% do total de mulheres formadas no curso de Ciências Econômicas da UESB ao longo do período 2004-2021.

Portanto, esse trabalho responde a pergunta-problema que o norteou e conclui em sintonia com a hipótese levantada de que existem barreiras que se entropõem a condição feminina durante o período de estudos e mesmo após a conclusão do curso, afetando sobremaneira a progressão de suas carreiras. Como apontado, embora as egressas tenham conseguido uma inserção no mercado de trabalho e uma remuneração acima da média local, ainda há dificuldade na inserção dessas mulheres em áreas que exijam a formação específica de nível superior para a qual se dedicaram.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Decreto Lei 20.158, de 30 de junho de 1931. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 08 de junho de 1931, Seção 1.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer CFE nº 397/62. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Relator: Fulano de Tal. 15 de dezembro de 1962. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 de dezembro de 1962. Base Legal: Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

CASTRO, Nivalde José de. **O economista: a história da profissão no Brasil**. Rio de Janeiro: Cofecon; Corecon/RJ e Corecon/SP, 2001.

COFECON, Conselho Federal de Economia. **Guia de Orientação Profissional**. Brasília-DF: COFECON, 2019. Disponível em: <https://corecon-se.org.br/wpcontent/uploads/2020/10/Guia-da-Profissao-de-Economista.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2022.

CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **A pandemia da COVID-19 aprofunda a crise de cuidados na América Latina e no Caribe**. Disponível em: <https://n9.cl/2w70l>. Acesso em: 10 dez. 2023

DE SOUZA, Nali de Jesus. O economista: a história da profissão no Brasil. **Análise–Revista de Administração da PUCRS**, v. 17, n. 2, p. 382, 2006.

DOLADO, Juan J., FELGUEROSO, Florentino, & ALMUNIA, Miguel. Are men and women in economists evenly distributed across research fields? Some new empirical evidence. **SERIEs**, v. 3, p. 367-393, 2012.

ECONOMISTAS-USP. Relatório Anual do grupo de pesquisas Economistas. **As mulheres nos diferentes estágios da carreira acadêmica em Economia no Brasil**. São Paulo: USP, 2021. Disponível em: https://bwe.fea.usp.br/wpcontent/uploads/sites/834/2022/06/Pesquisa_Departamentos_Relatorio_Geral_2021.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

GNEEZY, Uri; LEONARD, Kenneth L.; LIST, John A. Gender differences in competition: Evidence from a matrilineal and a patriarchal society. **Econometrica**, v. 77, n. 5, p. 1638, 2009.

GRIFFITH, Amanda L., Notes on women and the undergraduate economics major. **CSWEP Newsletter**, v. 15, p. 9, 2013.

GUEDES, Moema de Castro; AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. A produtividade científica tem sexo? Um estudo sobre bolsistas de produtividade do CNPq. **Cadernos pagu**, p. 367-399, 2015.

HENGEL, Erin. Publicar enquanto mulher: as mulheres obedecem a padrões mais elevados? **University of Liverpool**. Evidências da revisão por pares. 2017.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Atualidade da divisão sexual e centralidade do trabalho das mulheres. **Revista de Ciências Sociais-Política & Trabalho**, n. 53, p. 23, 2021.

HIRATA, Helena. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. **Revista Trabalho Necessário**, v. 16, n. 29, p. 14-27, 2018.

HIRATA, Helena; HUMPHREY, John. O emprego industrial feminino e a crise econômica brasileira. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 4, n. 4, 1984.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, p. 546, 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de **Domicílios Contínua**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 21 out. 2023

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Metodologia do Censo Demográfico**, 2021, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/vitoria-da-conquista/panorama> Acesso em: 20 nov. 2023

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior de 2019**. 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/microdados>. Acesso em: 09 dez. 2023.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo Técnico: **Censo da Educação Superior**, 2022. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior> Acesso em: 15 mar. 2023.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher/Prefeitura Municipal de São Paulo. 2003. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05634.pdf> Acesso em: 03 mar. 2023.

KARPAVICIUS, Luiza; NARITA, Renata; ROCHA, Fabiana; BRENCK, Clara; BORGES, Bruna; PEREDA, Paula; DIAZ, Maria Dolores Montoya. Diversidade de Gênero: a FEA em Números. **Informações FIPE**, Fundação Instituto de Pesquisa Econômica, n. 464, maio, 2019. Disponível em: <https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif464.pdf> Acesso em: 20 nov. 2023.

MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Claudio Monteiro; DI SABBATO, Alberto. Os afazeres domésticos contam. **Economia e sociedade**, v. 16, p. 436, 2007.

MENDES, Armando Dias. **O Economista e o Ornitorrinco**. Ensaios sobre a formação e a profissão dos economistas. Brasília: Coronário Editora Gráfica, 2006.

MTE Ministério do Trabalho e Emprego (Brasil). Portaria nº 1979, de 30 de setembro de 2011. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 45, 30 de setembro de 2011\.

NOBEL de Economia 2023 vai para Claudia Goldin, por estudos sobre as mulheres no mercado de trabalho. **Estadão**, 9 out. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/premio-nobel-economia-2023-claudia-goldin-nprei/> Acesso em: 10 out. 2023.

PEREDA, Paula Carvalho; MATSUNAGA, Liz; DIAS, Maria Dolores Montoya; BORGES, Bruna Pugiali; MENA-CHALCO, Jesus; ROCHA, Fabiana; NARITA, Renata; BRENCK, Clara. As Mulheres São Menos Persistentes?: Evidências de Submissões a um Encontro Nacional de Economia. **Working paper series**, n. 2020-19, FEA-USP, 2020. Disponível em: http://www.repec.eae.fea.usp.br/documentos/Pereda_19WP.pdf. Acesso em: 23 out 2023.

PEREDA, Paula Carvalho; DIAZ Maria Dolores Montoya; ROCHA Fabiana; MONTEIRO Gabriel Facundes; CHALCO Jesús Mena-. Diferenças de gênero no financiamento acadêmico: evidências do Brasil. 2022, p; 41.

RIMBERT, P. O poder insuspeito das trabalhadoras. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 03 março.2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-poder-insuspeito-das-trabalhadoras/> Acesso em: 25/11/2022

ROCHA, Fabiana et al. Gender differences in the academic career of economics in Brazil. **Cuadernos de economía (Santafé de Bogotá)**, v. 40, n. 84, p. 815-852, 2021.

ROCHA, Fabiana Fontes. DIAZ, Maria Dolores, PEREDA Paula Carvalho. A participação feminina na carreira em economia. Portal **Terraço Econômico**. São Paulo: Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://terracoeconomico.com.br/a-participacao-feminina-na-carreira-em-economia/> Acesso em: 09 dez. 2023. , 2020

SAES, Flávio Azevedo Marques; CYTRYNOWICZ, Roney. **O ensino de Economia e as origens da profissão de economista no Brasil**. LOCUS: Revista de História, v. 6, n. 1, 2000.

SGC/UESB, Secretaria Geral de Cursos/Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. **Solicitação de Informação Secretaria Geral de Cursos**. Destinatário: Andréa Braz da Costa. Vitória da Conquista, 11 nov.2022. Despacho SEI.

SOUZA LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos. São Paulo: **Brasiliense**, v. 1, 1991, p. 129.

SURVIO, Software de pesquisa & enquetes online. Disponível em: <https://my.survio.com/K3P1D6S9E5V1X4Z4J3F8/builder>



APÊNDICE A – Roteiro do questionário

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA)

Discente: Thainá Souza de Almeida

Esta pesquisa é parte do trabalho monográfico que será apresentado à disciplina Monografia II, orientado pela Professora Mestra Andréa Braz da Costa, intitulado “Diagnóstico sócio-ocupacional das egressas do curso de economia da Uesb”, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, curso da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), no município de Vitória da Conquista-BA. O objetivo dessa pesquisa é analisar a situação socio-ocupacional das egressas dos curso de Ciências Econômicas da UESB entre o período de 2004 a 2021, buscando verificar em que medida essa formação reflete as condições atuais das ex-alunas.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “Diagnóstico sócio-ocupacional das egressas do curso de economia da Uesb”, realizado pelo discente Thainá Souza de Almeida, e orientado pela Prof. Andréa Braz da Costa, vinculados ao curso de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DSCA), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), no município de Vitória da Conquista-BA.

O objetivo dessa pesquisa é analisar a situação socio-ocupacional de egressas do curso de economia da UESB, buscando verificar em que medida essa formação reflete as condições atuais das ex-alunas.

Para realizar esta pesquisa, utilizaremos um questionário online através da plataforma Survio (link ao final), o qual será aplicado nos meses de Setembro. Para tanto, construímos 27 perguntas, sendo 20 para assinalar e 7 para escrever, em que o tempo médio de resposta é inferior a 10 minutos. Os participantes da pesquisa deverão, se tiverem interesse, responder as perguntas. Nenhuma pergunta é obrigatória. Os dados obtidos serão compilados e interpretados de forma quantitativa (geração de gráficos e tabelas) e qualitativa (analisando e interpretando as respostas). Tais resultados serão comparados com a literatura que trata sobre este assunto e servirá como base para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da discente, bem como artigos e apresentações em congressos e demais eventos acadêmicos.

Sua participação nessa pesquisa é completamente voluntária e não remunerada. Os riscos associados a este projeto são mínimos, pois envolvem apenas a coleta de opinião e dados pessoais, de forma anônima. Todos os dados coletados serão sigilosos, confidenciais e serão utilizados unicamente para fins estatísticos. Entretanto, a pesquisa pode causar algum desconforto ou constrangimento ao responder às perguntas do questionário. Por isso, você terá o direito de deixar de responder qualquer pergunta da entrevista caso se sinta desconfortável ou constrangido.

Ninguém é obrigado a participar ou continuar com a participação da pesquisa. Você poderá desistir da sua participação a qualquer momento, sem nenhum prejuízo para você ou sua família.

As informações obtidas com esse estudo poderão ser úteis cientificamente e servirão de ajuda para você e outras pessoas, contribuindo para a análise da formação das discentes e docentes e para o desenvolvimento e avaliação do curso, cruciais para o perfil da economista que, dentre outras condições, é necessário possuir para atuar na carreira.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

Pesquisadora:

Thainá Souza de Almeida

Fone: (77)988192420/ E-mail: 201711079@uesb.edu.br

Link de acesso ao formulário: <https://my.surveio.com/K3P1D6S9E5V1X4Z4J3F8/builder>

1. Li o TCLE e concordo em participar dessa pesquisa:
 - a) SIM
 - b) NÃO

Se a resposta for “SIM”, segue o questionário. Se a resposta for “NÃO” é finalizado o formulário.

QUESTIONÁRIO

1. Qual o seu nome completo?
2. Qual das opções abaixo melhor descreve seu estado civil atual?
 - a) casada;
 - b) viúva;
 - c) divorciada;
 - f) solteira;
 - g) outro: _____
3. Qual é a sua idade?
 - a) 20 a 29 anos;
 - b) 30 a 39 anos;
 - c) 40 a 49 anos;
 - d) 50 a 59 anos;
 - e) 60 anos ou mais;
4. Considerando as opções (segundo classificação do IBGE) abaixo, como você classificaria sua cor ou raça?
 - a) branca;
 - b) preta;
 - c) amarela;
 - d) parda;
 - e) indígena;
 - f) Outra: qual? _____
5. Tem filhos?
 - a) Sim
 - b) Não
6. Qual cidade de origem?
7. Onde reside atualmente?
8. Possui formação acadêmica além da graduação?
 - a) Sim. Ao assinalar essa alternativa passe para a questão 09;
 - b) Não. Ao assinalar essa alternativa passe para a questão 10.

9. Qual o último curso concluído?

- () a) Especialização de nível técnico;
 () b) Especialização de nível superior;
 () c) Mestrado;
 () d) Doutorado;
 () e) Outros: _____

SOBRE O CURSO

10. De acordo com as Diretrizes curriculares do curso de Economia, Resolução nº 4/2007, art.4º (Brasil, 2007), o curso deve possibilitar as seguintes competências e habilidades à formação profissional: “I - desenvolver raciocínios logicamente consistentes; II - ler e compreender textos econômicos; III - elaborar pareceres, relatórios, trabalhos e textos na área econômica; IV - utilizar adequadamente conceitos teóricos fundamentais da ciência econômica; V - utilizar o instrumental econômico para analisar situações históricas concretas; VI - utilizar formulações matemáticas e estatísticas na análise dos fenômenos socioeconômicos; e VII - diferenciar correntes teóricas a partir de distintas políticas econômicas.”

Na sua opinião, considerando as competências e habilidades mencionadas acima, quantas você considera que foram adquiridas no curso:

- () a) pelo menos uma das competências e habilidades;
 () b) pelo menos duas das competências e habilidades;
 () c) pelo menos três das competências e habilidades;
 () d) todas as competências e habilidades;
 () e) Nenhuma das competências e habilidades.

11. Os conhecimentos adquiridos no curso de economia te auxiliaram no mercado de trabalho?

- () a) Sim;
 () b) Não;

12. Justifique sua resposta, nas alternativas a) ou b):

13. Em sua opinião, o curso de ciências econômicas contribuiu na sua formação de atitudes, do senso ético para o exercício profissional e para a responsabilidade social?

- a) () Sim
b) () Não

VIDA PROFISSIONAL

14. Qual das categorias, a seguir, melhor descreve a sua situação de ocupação/trabalho atualmente?

- () a) empregada. **Ao assinalar essa alternativa passe para a questão 18;**
() b) desempregada, procurando trabalho. **Ao assinalar essa alternativa passe para a questão 19;**
() c) desempregada, NÃO procurando trabalho. **Ao assinalar essa alternativa passe para a questão 19;**
() d) aposentada. **Ao assinalar essa alternativa passe para a questão 19;**
() e) Outros: _____. **Ao assinalar essa alternativa passe para a questão 19.**

15. Considerando a estrutura ocupacional utilizada pelo IBGE, especifique qual das seguintes alternativas melhor descreve a sua condição como empregada, assinalada anteriormente:

- () a) Trabalhadora doméstica;
() b) Militar do exército, da marinha, da aeronáutica, da polícia militar ou do corpo de bombeiros militar;
c) Empregada do setor privado;
() d) Empregada do setor público (inclusive empresas de economia mista);
() e) Empregadora;
() f) Conta própria;
() g) Trabalhadora familiar não remunerada;
() h) Outros: _____

16. Você atua profissionalmente como economista?

- a) () Sim
b) () Não

17. **Independentemente da sua resposta à questão anterior, selecione dentre as atividades inerentes a profissão de uma economista (COFECON, 2023), atividades (pode ser mais de uma alternativa) que possam ter relação com a sua atual ocupação, ainda que não exerça a profissão formalmente. Complementarmente assinale também uma das opções ao final da questão sim, não ou não sei.**

- a) assessoria, consultoria e pesquisa econômico-financeira;
- b) estudos de mercado e de viabilidade econômico-financeira;
- c) análise e elaboração de cenários econômicos, planejamento estratégico nas áreas social, econômica e financeira;
- d) estudo e análise de mercado financeiro e de capitais e derivativos;
- e) estudo de viabilidade e de mercado relacionado à economia da tecnologia, do conhecimento e da informação, da cultura e do turismo;
- f) produção e análise de informações estatísticas de natureza econômica e financeira, incluindo contas nacionais e índices de preços;
- g) planejamento, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação econômico-financeira de política tributária e finanças públicas;
- h) assessoria, consultoria, formulação, análise e implementação de política econômica, fiscal, monetária, cambial e creditícia.
- i) planejamento, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de planos, programas, projetos de natureza econômico-financeira;
- j) Avaliação patrimonial econômico-financeira de empresas e avaliação econômica de bens intangíveis;
- k) perícia judicial e extrajudicial e assistência técnica em matéria de natureza econômico-financeira, incluindo cálculos de liquidação; (incluído pela Resolução nº 1.944, de 30.11.2015)
- l) análise financeira de investimentos;
- m) estudo e análise para elaboração de orçamentos públicos e privados e avaliação de seus resultados;
- n) estudos de mercado, de viabilidade e de impacto econômico-social relacionados ao meio ambiente, à ecologia, ao desenvolvimento sustentável e aos recursos naturais;
- o) auditoria e fiscalização de natureza econômico-financeira;
- p) formulação, análise e implementação de estratégias empresariais e concorrenciais;
- q) economia e finanças internacionais, relações econômicas internacionais, aduanas e comércio exterior;
- r) certificação de renda de pessoas físicas e jurídicas e consultoria em finanças pessoais;
- s) regulação de serviços públicos e defesa da concorrência;
- t) estudos e cálculos atuariais nos âmbitos previdenciário e de seguros.
- u) consultoria econômico-financeira independente. (incluído pela Resolução nº 1.913, de 30.05.2014)
- v) atuação no campo da economia solidária, objeto da ação do Conselho Nacional de Economia Solidária, criado pela Lei nº 10.683/2003, em seu artigo 30/XIII, e da Secretaria Nacional de Economia Solidária, que tem as suas competências expressas no artigo 24 do Decreto nº 4.764/2003. (incluído pela Resolução nº 1.933, de 1.06.2015)
- w) atuação no campo da economia da cultura e da economia criativa, objeto da ação do Ministério da Cultura, conforme competências expressas no artigo 17 do Anexo I do Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012. (incluído pela Resolução nº 1.944, de 30.11.2015)
- x) arbitragem e mediação. (incluído pela Resolução nº 1.944 de 30.11.2015)

- () a) sim. **Ao assinalar essa alternativa passe para a questão 18;**
- () b) não. **Ao assinalar essa alternativa passe para a questão 19;**
- () c) não sei. **Ao assinalar essa alternativa passe para a questão 19;**

18. Qual a sua remuneração média mensal bruta?

- a) Menos de um salário mínimo
- b) R\$1.320,00 a R\$2.640,00
- c) R\$2.641,00 a R\$3.960,00
- d) R\$3.961,00 a R\$5.280,00
- e) R\$5.281,00 a R\$6.600,00
- f) R\$6.601,00 a R\$10.000,00
- g) Acima de R\$10.000,00

19. Quais as principais dificuldades para conciliar a vida profissional com as demais atividades?

- a) a necessidade de cuidado dos filhos ou de outro familiar
- b) o acúmulo de tarefas domésticas
- c) a falta de apoio familiar do esposo/companheiro, esposa/companheira para dedicar-se à profissão
- d) o preconceito no ambiente de trabalho restringindo as possibilidades de ascensão profissional
- e) Outra

20. Quantas horas diárias são dedicadas aos afazeres domésticos?

21. Há divisão de tarefas entre os membros da sua família?

- a) () Sim
- b) () Não

22. Você considera que a maternidade interfere na ascensão da carreira feminina na dinâmica atual da sociedade?

- a) () Sim
- b) () Não

23. Você sente preconceito em seu ambiente de trabalho por ser mulher?

- a) Sim
- b) Não

24. Diante da sua experiência, você acredita que as empresas evitam contratar mulheres para ocupar altos postos?

- a) Sim
- b) Não

25. Diante da sua experiência, em algum momento você precisou adotar um comportamento masculino para ser aceita ou progredir de carreira?

- a) Sim
- b) Não

26. A sua remuneração atual é compatível com a atividade que você exerce atualmente?

- Sim
- Não

27. Você já se sentiu vítima de algum tipo de discriminação por ser mulher? Se necessário, marque mais de uma alternativa.

- a) em seu ambiente de estudo
- b) em seu ambiente de trabalho
- c) na família
- d) em ocasiões sociais (entre os amigos ou local público)
- e) outra situação. Qual? _____
- f) não sofreu/sofro